



Demonstrações Financeiras Consolidadas em
IFRS

31 de dezembro de 2022

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras	BALANÇOS PATRIMONIAIS2
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS3
	DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....4
	DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO5
	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA6
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	1. CONTEXTO OPERACIONAL.....7
	2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS7
	3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES 10
	4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS11
	5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA19
	6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO19
	7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....24
	8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO29
	9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS.....31
	10. OUTROS ATIVOS34
	11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES34
	12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS37
	13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS.....38
	14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO39
	15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS39
	16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS40
	17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL41
	18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS46
	19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS48
	20. OUTROS PASSIVOS56
	21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO56
	22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....59
	23. PARTES RELACIONADAS61
	24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO65
	25. GESTÃO DE RISCOS66
	26. OUTRAS INFORMAÇÕES75
	27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS.....77
	28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA79
	29. EVENTOS SUBSEQUENTES79
	30. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES80
	31. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO80
	32. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS81
	MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO100
	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS101

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	35.608.353	95.298.787
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)			
Títulos e valores mobiliários	7	55.134.497	68.025.152
Derivativos	7.5.1	1.317.754	834.965
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Títulos e valores mobiliários	7	88.980.416	85.518.783
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	6	481.390.441	455.474.717
Títulos e valores mobiliários	7	9.364.882	6.282.512
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	5.693.986	9.081.874
Ativos fiscais		11.772.281	12.861.199
Correntes	17.3	969.613	356.582
Diferidos	17.2	10.802.668	12.504.617
Ativos mantidos para venda	9	1.416	951.759
Investimentos em coligadas	9	1.947.426	10.935.543
Imobilizado		152.105	142.768
Intangível		7.104	6.131
Outros ativos	10	1.122.075	1.352.705
Total do ativo		692.492.736	746.766.895
Obrigações por depósitos	12.2	6.212.638	6.712.953
Obrigações por operações compromissadas	13	36.452.105	39.825.117
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	15	749.341	2.158.438
Derivativos	7.5.1	93.828	49.481
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	584.354	1.057.871
Obrigações por empréstimos e repasses	11	91.241.940	162.214.258
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14	9.681.706	8.867.488
Dívida subordinada	12.1	366.859.581	340.713.933
Outros passivos financeiros	16	10.952.577	1.413.501
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23.1	9.913.974	-
Diversos		1.038.603	1.413.501
Obrigações fiscais		12.352.451	16.662.516
Correntes	17.1	1.108.473	4.252.772
Diferidos	17.2	10.881.131	12.166.083
Outros		362.847	243.661
Obrigações de benefícios a empregados	19	4.902.266	5.555.093
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	2.355.559	1.918.960
Resultados de Exercícios Futuros		-	4.043
Outros passivos	20	1.486.034	1.180.727
Total do passivo		543.924.380	588.334.379
Patrimônio líquido			
Capital Social	21.1	61.842.148	61.842.148
Aumento de Capital	21.1	12.946.254	-
Instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	8.731.760	22.038.976
Reservas de lucros	21.3	46.019.678	44.745.760
Outros resultados abrangentes	21.4	20.023.279	30.350.380
Resultados acumulados não apropriados	27	(994.763)	(544.748)
Total do patrimônio líquido		148.568.356	158.432.516
Total do passivo e patrimônio líquido		692.492.736	746.766.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	2022	2021
Receitas de intermediação financeira	22	62.293.638	51.128.986
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		40.488.291	41.598.292
Moeda nacional		41.763.241	37.012.991
Moeda estrangeira		(1.274.950)	4.585.301
Resultado com títulos e valores mobiliários		20.732.240	8.461.848
Rendas com administração de fundos e programas		1.073.107	1.068.846
Despesas de intermediação financeira	22	(38.399.185)	(22.921.655)
Captação no mercado - financiamentos e repasses		(35.621.298)	(37.762.163)
Moeda nacional		(38.565.354)	(31.075.838)
Moeda estrangeira		2.944.056	(6.686.325)
Resultado de derivativos - renda fixa	7.5.2	(853.132)	4.301.648
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	6.4	(1.850.495)	10.472.128
Resultado da carteira de câmbio		(74.260)	66.732
Resultado bruto da intermediação financeira	22	23.894.453	28.207.331
Resultado com equivalência patrimonial	9.1	773.532	4.304.061
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(854.992)	675.442
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	9.5	9.462	(214.295)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	7.2.2	19.178.332	7.787.173
Resultado com alienações de títulos de renda variável	9.6	1.302.687	1.571.131
Resultado de derivativos - renda variável	7.5.2	822.356	81.457
Resultado com fundos de investimento		138.152	220.360
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		8.918.731	48.218
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	(446.469)	(159.092)
Despesas tributárias		(1.344.797)	(1.454.188)
Despesas com pessoal		(2.603.815)	(2.307.064)
Despesas administrativas		(334.624)	(354.695)
Outras receitas operacionais		434.981	81.278
Outras despesas operacionais		(1.106.167)	(1.243.112)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		48.781.822	37.244.005
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.1	(3.699.298)	(6.762.658)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.1	(5.317.800)	(2.925.625)
Lucro líquido do exercício		39.764.724	27.555.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	39.764.724	27.555.722
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado:	(2.205.026)	(641.577)
Participação no resultado abrangente de coligadas		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	(284.840)	104.217
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(1.920.186)	(745.794)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado	(5.935.897)	1.709.562
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais designados VJORA	(10.627.687)	(2.728.534)
Efeito fiscal	3.824.100	974.498
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	1.029.797	3.758.545
Efeito fiscal	(162.107)	(294.947)
Total de Outros Resultados Abrangentes	(8.140.923)	1.067.985
Resultado Abrangente do exercício	31.623.801	28.623.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Instrumento elegível a capital principal	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes		Resultados acumulados não apropriados	Total
	Capital social	Aumento de capital		Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
Saldo em 1º de janeiro de 2021	53.983.180	-	35.538.976	5.734.234	201.355	7.858.968	13.428.158	33.595.951	3.178.494	(454.669)	153.064.647
Aumento de capital	7.858.968	-	-	-	-	(7.858.968)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.709.562	(641.577)	-	1.067.985
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	-	(7.492.050)	-	7.492.050	-
Instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	(13.500.000)	-	-	-	-	-	-	(1.068.762)	(14.568.762)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27.555.722	27.555.722
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	-	1.703.454	-	-	-	-	-	(1.703.454)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	12.946.254	-	-	-	(12.946.254)	-
. Reserva de equalização de dividendos	-	-	-	-	-	-	10.732.305	-	-	(10.732.305)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.755.171)	(4.755.171)
Juros sobre capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.931.905)	(3.931.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	61.842.148	-	22.038.976	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	27.813.463	2.536.917	(544.748)	158.432.516
Mutações no exercício	7.858.968	-	(13.500.000)	1.703.454	-	5.087.286	10.732.305	(5.782.488)	(641.577)	(90.079)	5.367.869
Saldo em 1º de janeiro de 2022	61.842.148	-	22.038.976	7.437.688	201.355	12.946.254	24.160.463	27.813.463	2.536.917	(544.748)	158.432.516
Reversão de reserva para futuro aumento de capital	-	12.946.254	-	-	-	(12.946.254)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	-	(17.608.903)	-	-	-	(17.608.903)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(5.935.897)	(2.205.026)	-	(8.140.923)
Realização de instrumentos patrimoniais designados	-	-	-	-	-	-	-	(2.186.178)	-	2.186.178	-
Instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	(13.307.216)	-	-	-	-	-	-	(657.869)	(13.965.085)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.764.724	39.764.724
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
. Reserva legal	-	-	-	2.087.153	-	-	-	-	-	(2.087.153)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	15.862.358	-	-	-	(15.862.358)	-
. Reserva de equalização de dividendos	-	-	-	-	-	-	13.879.564	-	-	(13.879.564)	-
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.712.232)	(6.712.232)
. Juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.201.741)	(3.201.741)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	61.842.148	12.946.254	8.731.760	9.524.841	201.355	15.862.358	20.431.124	19.691.388	331.891	(994.763)	148.568.356
Mutações no exercício	-	12.946.254	(13.307.216)	2.087.153	-	2.916.104	(3.729.339)	(8.122.075)	(2.205.026)	(450.015)	(9.864.160)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	48.781.822	37.244.005
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	(5.754.725)	(6.839.314)
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito	1.850.495	(10.472.128)
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	446.469	159.092
Constituição (reversão) de provisão para perdas em investimentos	(9.462)	214.295
Resultado com equivalência patrimonial	(773.532)	(4.304.061)
Resultado de derivativos - renda variável	(822.356)	(81.457)
Depreciação	17.670	27.398
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	173.920	125.497
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.186.178	7.492.050
Outras receitas com participações acionárias - reclassificação de coligada para TVM	(8.824.107)	-
Variação de ativos e obrigações	(109.494.056)	(53.896.697)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(27.409.298)	9.741.687
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	8.626.207	13.438.980
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	2.964.752	2.935.303
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(76.642.985)	(66.621.567)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(3.373.012)	(696.425)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	643.846	3.370.342
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(7.295.849)	(8.066.034)
. IR e CSLL pagos	(7.007.717)	(7.998.983)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(66.466.959)	(23.492.006)
Atividades de investimentos		
. Adição em investimentos em coligadas	(8.028)	(339.813)
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	1.088.975	1.406.256
. Resgate de cotas em outras participações e outros investimentos permanentes	-	3.209
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	34.321	1.789.322
. Adições ao imobilizado	(18.211)	(6.855)
. Baixas do imobilizado	-	24
. Adições ao intangível	(4.558)	(424)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	1.092.499	2.851.719
Atividades de financiamentos		
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	26.145.648	32.906.636
. Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(18.878.605)	(13.565.364)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(423.099)	(523.692)
. Amortização das obrigações por emissão de letras financeiras	(1.159.918)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	5.684.026	18.817.580
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(59.690.434)	(1.822.707)
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	95.298.787	97.121.494
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota explicativa nº 5)	35.608.353	95.298.787
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(59.690.434)	(1.822.707)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e supervisionada pelo Ministério da Economia.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas na Nota Explicativa n.º 30 ou por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

Ações do Sistema BNDES ao Coronavírus (“COVID-19”)

O BNDES realizou diversas ações anticíclicas contra efeitos econômicos negativos da COVID-19 ao longo de 2020 e 2021, como a suspensão temporária de amortizações de empréstimos contratados junto ao BNDES – *standstill*, entre outras ações que podem ser conhecidas através do site do BNDES <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contracoronavirus>.

Conflito Rússia e Ucrânia

O conflito entre Rússia e Ucrânia não causou impactos significativos nas operações do Sistema BNDES ou no valor justo de seus ativos e passivos por não ter exposição direta aos dois países. No entanto, o BNDES monitora o conflito com o objetivo de mitigar potenciais impactos financeiros, diretos e indiretos, sobre suas operações e, consequentemente, seus reflexos nas Demonstrações Financeiras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 02 de março de 2023. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 07 de março de 2023.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

Conformidade

As Demonstrações Financeiras consolidadas do BNDES foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

Conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, todas as demonstrações consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo IASB.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações utilizadas na gestão do BNDES.

Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Itens significativos que afetaram as Demonstrações Financeiras no exercício corrente

Variações patrimoniais

Os ativos totais apresentaram queda no exercício explicada, principalmente, pela redução das disponibilidades em razão do pagamento de dividendos complementares e liquidações antecipadas ao Tesouro Nacional, efeitos atenuados pelo crescimento da carteira de crédito e pela reclassificação do investimento em JBS de “Coligada” para “Não Coligada”, devido à perda de influência significativa, com a consequente mensuração a valor de mercado das ações.

A carteira de crédito e repasses, maior ativo do BNDES, apresentou aumento no ano, explicado, especialmente, pela apropriação de encargos contratuais, atenuados pelo retorno em montante superior aos desembolsos, pelo efeito da variação cambial sobre as operações em moeda estrangeira e pelo aumento de provisão para perdas de crédito.

Em relação às fontes de recursos, a redução do passivo com o Tesouro Nacional decorreu dos pré-pagamentos somados a amortizações ordinárias. Por outro lado, observou-se aumento do saldo do FAT, em que o ingresso ordinário de recursos, somado à apropriação de juros, superou o montante pago a título de juros e ao efeito de variação cambial do período.

Por fim, o patrimônio líquido apresentou queda no exercício, em função do pagamento de dividendos complementares com utilização das reservas de lucros, antecipação de instrumentos elegíveis ao capital principal e ajuste a valor justo negativo da carteira de participações societárias, efeitos atenuados pelo lucro líquido do período.

Variações de resultado

O lucro líquido do exercício apresentou aumento em relação ao exercício anterior, influenciado, principalmente, por maior resultado com participações societárias, sobretudo receita com dividendos e juros sobre capital próprio.

Destaca-se que o ganho na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, não transita pelo resultado do período, sendo reconhecido diretamente em lucros acumulados (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros).

Informações adicionais estão divulgadas no Relatório da Administração do BNDES.

2.4. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.5. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do IASB e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis e estimativas gerais significativas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 32.

2.6. Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME;
- Fundo BB Juno - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior;
- Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento de Renda Fixa; e
- Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Renda Fixa (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia).

Os critérios de consolidação estão listados na Nota Explicativa n.º 31.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

3.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Alterações na IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: contratos onerosos

Esclarece sobre quais custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, e sua adoção é retrospectiva.

Alterações na IAS 16 – Ativo Imobilizado: receitas antes do uso pretendido

Altera o reconhecimento de receita de venda na demonstração do resultado no processo de construção de ativo imobilizado para o uso pretendido. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022, e sua adoção é retrospectiva.

IFRS 3 - Combinação de Negócios: atualização na referência à Estrutura Conceitual

Atualização na referência à Estrutura Conceitual, sem alterar significativamente seus requisitos. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022.

As implementações acima não tiveram impactos significativos nestas Demonstrações Financeiras.

3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

IFRS 17 – Contratos de Seguro

A norma descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utilizará premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensurará explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo.

Este pronunciamento é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, e sua adoção é retrospectiva. Não são esperados impactos quando da adoção desta norma no Sistema BNDES.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: classificação do passivo em circulante ou não circulante

Orientações da norma sobre se um Passivo deve ser classificado como Circulante ou Não Circulante. A alteração é aplicável para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, e sua adoção é retrospectiva.

Alterações na IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: políticas contábeis

Requer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos das normas IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros.

Alterações na IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros

Inclui a definição de estimativas contábeis. Esta alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros.

Alterações na IAS 12 – Impostos sobre a Renda

Esclarece que a isenção de reconhecimento inicial de ativos e passivos de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias estabelecida na IAS 12 não se aplica às operações de arrendamentos e obrigações de desativação. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não trazem impactos financeiros.

4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Apresentamos a seguir informações exigidas pelas normas IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 13 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas de cada ativo e passivo financeiro, assim como na Nota Explicativa nº 25 sobre gestão de riscos.

4.1. Categoria de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

	2022				
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.075.505	11.075.505	24.532.848	35.608.353
Títulos públicos	17.724.418	53.419.848	71.144.266	50.491	71.194.757
Ações	56.739.845	-	56.739.845	-	56.739.845
Debêntures	7.439.201	-	7.439.201	1.640.435	9.079.636
Fundos mútuos de investimentos	2.343.818	1.665.611	4.009.429	-	4.009.429
Títulos de renda fixa no exterior	4.733.134	49.038	4.782.172	7.673.956	12.456.128
Derivativos	-	1.317.754	1.317.754	-	1.317.754
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	481.390.441	481.390.441
Outros ativos financeiros	-	-	-	5.693.986	5.693.986
Total Ativos financeiros	88.980.416	67.527.756	156.508.172	520.982.157	677.490.329
Passivos financeiros		Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Obrigações por depósitos	-	-	-	6.212.638	6.212.638
Obrigações por operações compromissadas	-	-	-	36.452.105	36.452.105
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	-	-	-	749.341	749.341
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	91.241.940	91.241.940
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	-	-	9.681.706	9.681.706
Derivativos	-	93.828	93.828	-	93.828
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	584.354	584.354
Dívida subordinada	-	-	-	366.859.581	366.859.581
Outros passivos financeiros	-	-	-	10.952.577	10.952.577
Total Passivos financeiros		93.828	93.828	522.734.242	522.828.070

	2021				
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	23.984.846	23.984.846	71.313.941	95.298.787
Títulos públicos	21.806.752	65.781.998	87.588.750	57.864	87.646.614
Ações	51.511.863	-	51.511.863	-	51.511.863
Debêntures	4.560.293	501.338	5.061.631	2.384.175	7.445.806
Fundos mútuos de investimentos	1.802.524	1.670.627	3.473.151	-	3.473.151
Títulos de renda fixa no exterior	5.837.351	71.189	5.908.540	3.840.473	9.749.013
Derivativos	-	834.965	834.965	-	834.965
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	455.474.717	455.474.717
Outros ativos financeiros	-	-	-	9.081.874	9.081.874
Total Ativos financeiros	85.518.783	92.844.963	178.363.746	542.153.044	720.516.790
Passivos financeiros		Valor Justo por meio do resultado	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Obrigações por depósitos		-	-	6.712.953	6.712.953
Obrigações por operações compromissadas		-	-	39.825.117	39.825.117
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras		-	-	2.158.438	2.158.438
Obrigações por empréstimos e repasses		-	-	162.214.258	162.214.258
Fundos financeiros e de desenvolvimento		-	-	8.867.488	8.867.488
Derivativos		49.481	49.481	-	49.481
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal		-	-	1.057.871	1.057.871
Dívida subordinada		-	-	340.713.933	340.713.933
Outros passivos financeiros		-	-	1.413.501	1.413.501
Total Passivos financeiros		49.481	49.481	562.963.559	563.013.040

Receitas e despesas dos instrumentos financeiros⁽¹⁾

	2022					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Receitas de intermediação financeira	2.222.181	10.858.976	49.212.481	-	-	62.293.638
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	40.488.291	-	-	40.488.291
Resultado com títulos e valores mobiliários	2.222.181	10.858.976	7.651.083	-	-	20.732.240
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	-	6.893.884	-	-	6.893.884
Títulos públicos	1.886.470	7.950.403	-	-	-	9.836.873
Debêntures	405.810	2.904.790	215.328	-	-	3.525.928
Títulos de renda fixa no exterior	(70.099)	3.783	541.871	-	-	475.555
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	1.073.107	-	-	1.073.107
Despesas de intermediação financeira	(267.579)	3.168.148	(1.657.176)	(4.021.280)	(35.621.298)	(38.399.185)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(35.621.298)	(35.621.298)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	3.168.148	-	(4.021.280)	-	(853.132)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	(267.579)	-	(1.582.916)	-	-	(1.850.495)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	(74.260)	-	-	(74.260)
Resultado bruto da intermediação financeira	1.954.602	14.027.124	47.555.305	(4.021.280)	(35.621.298)	23.894.453
Outras receitas (despesas) operacionais						
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	414.710	-	(1.269.702)	(854.992)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	19.178.332	-	-	-	-	19.178.332
Resultado com alienações de títulos de renda variável	-	910	-	-	-	910
Resultado de derivativos - renda variável	-	1.103.267	-	(280.911)	-	822.356
Resultado com fundos de investimento	45.804	92.348	-	-	-	138.152
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	94.624	-	-	-	-	94.624

⁽¹⁾ Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do exercício impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

	2021					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	
Receitas de intermediação financeira	3.349.899	1.014.538	46.764.549	-	-	51.128.986
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	41.598.292	-	-	41.598.292
Resultado com títulos e valores mobiliários	3.349.899	1.014.538	4.097.411	-	-	8.461.848
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	-	-	3.628.607	-	-	3.628.607
Títulos públicos	2.208.398	929.632	-	-	-	3.138.030
Debêntures	866.762	84.507	375.915	-	-	1.327.184
Fundos mútuos de investimentos	-	(3.197)	-	-	-	(3.197)
Títulos de renda fixa no exterior	274.739	3.596	92.889	-	-	371.224
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	1.068.846	-	-	1.068.846
Despesas de intermediação financeira	309.999	6.477.674	10.228.861	(2.176.026)	(37.762.163)	(22.921.655)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(37.762.163)	(37.762.163)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	6.477.674	-	(2.176.026)	-	4.301.648
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	309.999	-	10.162.129	-	-	10.472.128
Resultado da carteira de câmbio	-	-	66.732	-	-	66.732
Resultado bruto da intermediação financeira	3.659.898	7.492.212	56.993.410	(2.176.026)	(37.762.163)	28.207.331
Outras receitas (despesas) operacionais	7.871.440	581.672	711.461	(315.904)	(37.344)	8.811.325
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	711.461	-	(37.344)	674.117
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	7.787.173	-	-	-	-	7.787.173
Resultado de derivativos - renda variável	-	397.361	-	(315.904)	-	81.457
Resultado com fundos de investimento	36.049	184.311	-	-	-	220.360
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	48.218	-	-	-	-	48.218

(1) Não há totalização do resultado já que o objetivo dessa informação é o de apresentar a decomposição do resultado do exercício impactado pelas categorias de instrumentos financeiros.

4.2. Valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	24.532.848	24.532.848	71.313.941	71.313.941
Títulos públicos	50.491	50.491	57.864	57.864
Debêntures	1.640.435	1.462.971	2.384.175	2.294.014
Títulos de renda fixa no exterior	7.673.956	7.629.810	3.840.473	3.697.004
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	481.390.441	388.020.660	455.474.717	381.442.334
Outros ativos financeiros	5.693.986	6.079.230	9.081.874	9.022.324
Total	520.982.157	427.776.010	542.153.044	467.827.481
Passivos financeiros				
Obrigações por depósitos	6.212.638	6.212.638	6.712.953	6.712.953
Obrigações por operações compromissadas	36.452.105	36.452.105	39.825.117	39.825.117
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	749.341	749.341	2.158.438	2.158.438
Obrigações por empréstimos e repasses	91.241.940	91.241.940	162.214.258	162.214.258
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.681.706	9.681.706	8.867.488	8.867.488
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	584.354	584.354	1.057.871	1.057.871
Dívida subordinada	366.859.581	366.859.581	340.713.933	340.713.933
Outros passivos financeiros	10.952.577	10.952.577	1.413.501	1.413.501
Total	522.734.242	522.734.242	562.963.559	562.963.559

Os saldos contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos correspondentes, conforme justificativa descrita na Nota Explicativa nº 32.1.6.

4.3. Instrumentos financeiros por níveis de hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, o Sistema BNDES leva em consideração o nível de hierarquia destes ativos. Para detalhes sobre política de classificação por nível vide Nota Explicativa nº 32.1.6.

	2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	11.075.505	-	11.075.505
Títulos públicos	53.419.848	-	-	53.419.848
Títulos de renda fixa no exterior	49.038	-	-	49.038
Fundos mútuos de investimentos	157.934	-	1.507.677	1.665.611
Derivativos	-	1.170.759	146.995	1.317.754
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	17.724.418	-	-	17.724.418
Ações	53.147.895	183.357	3.408.593	56.739.845
Debêntures	3.400.478	226.866	3.811.857	7.439.201
Fundos mútuos de investimentos	-	-	2.343.818	2.343.818
Títulos de renda fixa no exterior	4.733.134	-	-	4.733.134
Total Ativos financeiros	132.632.745	12.656.487	11.218.940	156.508.172
Passivos financeiros				
Derivativos	-	93.828	-	93.828
Total Passivos financeiros	-	93.828	-	93.828

	2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	23.984.846	-	23.984.846
Títulos públicos	65.781.998	-	-	65.781.998
Debêntures	-	501.338	-	501.338
Títulos de renda fixa no exterior	71.189	-	-	71.189
Fundos mútuos de investimentos	204.538	-	1.466.089	1.670.627
Derivativos	-	154.404	680.561	834.965
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	21.806.752	-	-	21.806.752
Ações	46.725.903	79.028	4.706.932	51.511.863
Debêntures	1.692.463	796.298	2.071.532	4.560.293
Fundos mútuos de investimentos	-	-	1.802.524	1.802.524
Títulos de renda fixa no exterior	5.837.351	-	-	5.837.351
Total Ativos financeiros	142.120.194	25.515.914	10.727.638	178.363.746
Passivos financeiros				
Derivativos	-	49.481	-	49.481
Total Passivos financeiros	-	49.481	-	49.481

Conciliação de Nível 3

As tabelas a seguir apresentam as movimentações dos instrumentos financeiros do nível 3 da hierarquia de valor justo:

	2022					
	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			Total
	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	
Saldo no início do exercício	1.466.089	680.561	2.071.532	4.706.932	1.802.524	10.727.638
Transferências do Nível 3	-	(533.725)	(380.107)	(100.042)	-	(1.013.874)
Transferências para Nível 3	-	-	-	36.344	-	36.344
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do exercício	138.952	(151)	-	-	-	138.801
Outros resultados abrangentes	-	-	(145.330)	(1.229.028)	269.003	(1.105.355)
Aquisições	-	310	2.450.858	-	657.015	3.108.183
Alienações/resgates/amortizações	(97.364)	-	(185.096)	-	(384.724)	(667.184)
Redução de Capital	-	-	-	(5.613)	-	(5.613)
Saldo no final do exercício	1.507.677	146.995	3.811.857	3.408.593	2.343.818	11.218.940

	2021					
	Valor justo por meio do resultado			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos
Saldo no início do exercício	1.039.064	560.491	383.187	1.389.120	4.856.104	1.496.391
Transferências do Nível 3	(511.639)	-	(3.424)	(97.531)	(119.557)	-
Transferências para Nível 3	-	-	273.229	349.844	98.264	-
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do exercício	(91.195)	69.985	(100.241)	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	430.099	(134.775)	609.496
Aquisições	-	838.814	146.836	-	6.896	341.483
Alienações/resgates/amortizações	(436.230)	(3.201)	(19.026)	-	-	(644.846)
Saldo no final do exercício	-	1.466.089	680.561	2.071.532	4.706.932	1.802.524

4.4. Exposição bruta cambial dos instrumentos financeiros

As tabelas a seguir apresentam as exposições cambiais de ativos e passivos financeiros.

	2022				
	R\$	US\$	EUR	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	34.516.092	1.092.261	-	-	35.608.353
Títulos e valores mobiliários	148.746.653	4.733.142	-	-	153.479.795
Derivativos	242.687	1.075.067	-	-	1.317.754
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	429.355.393	51.127.208	41.013	866.827	481.390.441
Outros ativos financeiros	4.454.447	1.239.539	-	-	5.693.986
Total Ativos financeiros	617.315.272	59.267.217	41.013	866.827	677.490.329
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	6.212.638	-	-	-	6.212.638
Obrigações por operações compromissadas	36.452.105	-	-	-	36.452.105
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	749.341	-	-	-	749.341
Derivativos	93.828	-	-	-	93.828
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	584.354	-	-	-	584.354
Obrigações por empréstimos e repasses	40.849.411	50.392.529	-	-	91.241.940
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.681.706	-	-	-	9.681.706
Dívida subordinada	340.317.544	26.501.091	40.946	-	366.859.581
Outros passivos financeiros	10.952.577	-	-	-	10.952.577
Total Passivos financeiros	445.893.504	76.893.620	40.946	-	522.828.070
Exposição líquida	171.421.768	(17.626.403)	67	866.827	154.662.259

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

	2021				
	R\$	US\$	EUR	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	94.483.467	815.320	-	-	95.298.787
Títulos e valores mobiliários	153.989.087	5.837.360	-	-	159.826.447
Derivativos	683.183	151.704	78	-	834.965
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	395.840.154	58.345.876	18.304	1.270.383	455.474.717
Outros ativos financeiros	8.884.691	197.183	-	-	9.081.874
Total Ativos financeiros	653.880.582	65.347.443	18.382	1.270.383	720.516.790
Passivos financeiros					
Obrigações por depósitos	6.712.953	-	-	-	6.712.953
Obrigações por operações compromissadas	39.825.117	-	-	-	39.825.117
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	2.158.438	-	-	-	2.158.438
Derivativos	-	49.481	-	-	49.481
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	1.057.871	-	-	-	1.057.871
Obrigações por empréstimos e repasses	102.496.055	59.718.203	-	-	162.214.258
Fundos financeiros e de desenvolvimento	8.867.488	-	-	-	8.867.488
Dívida subordinada	311.067.208	29.645.342	1.383	-	340.713.933
Outros passivos financeiros	1.413.501	-	-	-	1.413.501
Total Passivos financeiros	473.598.631	89.413.026	1.383	-	563.013.040
Exposição líquida	180.281.951	(24.065.583)	16.999	1.270.383	157.503.750

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

4.5. Risco de liquidez

Ativos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os saldos dos ativos financeiros por período de vencimento.

	Sem vencimento	Vencidos	2022						Total
			A vencer						
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	35.608.353	-	-	-	-	-	35.608.353
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	58.781.504	3.029.110	3.904.992	1.815.895	-	3.663.256	71.194.757
Ações	56.739.845	-	-	-	-	-	-	-	56.739.845
Debêntures	-	-	9.680	374.117	678.369	1.167.862	3.313.641	3.535.967	9.079.636
Fundos mútuos de investimentos	2.343.818	-	1.665.611	-	-	-	-	-	4.009.429
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	4.659.119	2.413.155	-	518.936	1.163.108	3.701.810	12.456.128
Derivativos	-	-	268.769	22	1.999	-	-	1.046.964	1.317.754
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	5.244.376	68.607.449	56.860.701	47.187.599	78.857.359	109.235.408	115.397.549	481.390.441
Outros ativos financeiros	802.422	-	3.732.941	1.158.623	-	-	-	-	5.693.986
Total	59.886.085	5.244.376	173.333.426	63.835.728	51.772.959	82.360.052	113.712.157	127.345.546	677.490.329

	2021								Total
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	95.298.787	-	-	-	-	-	95.298.787
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	70.940.967	5.156.264	2.408.238	4.112.512	-	5.028.633	87.646.614
Ações	51.511.863	-	-	-	-	-	-	-	51.511.863
Debêntures	-	-	1.071.376	10.648	517.863	1.059.534	2.913.820	1.872.565	7.445.806
Fundos mútuos de investimentos	1.988.083	-	1.485.068	-	-	-	-	-	3.473.151
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	71.189	3.274.469	688.188	634	1.110.914	4.603.619	9.749.013
Derivativos	-	-	533.804	-	-	2.621	-	298.540	834.965
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	5.024.253	64.980.296	54.362.975	48.217.851	72.775.723	115.489.973	94.623.646	455.474.717
Outros ativos financeiros	2.796.863	-	5.336.755	948.256	-	-	-	-	9.081.874
Total	56.296.809	5.024.253	239.718.242	63.752.612	51.832.140	77.951.024	119.514.707	106.427.003	720.516.790

Passivos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, por período de vencimento.

	2022						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	1.153.167	955.319	793.855	1.247.364	1.875.457	1.083.235
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras							
Debêntures							
Emissões privadas	-	263.412	199.589	169.705	228.709	72.807	-
Letras financeiras	-	1.159.917	-	-	-	-	-
Derivativos	-	(76.636)	(137.194)	(131.607)	(246.202)	(494.039)	(473.570)
Juros sobre instrumento elegível a capital principal	-	436.195	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	517.973	499.471	480.126	630.149	355.158	293.309
Exterior	-	6.403.494	2.808.951	-	-	-	-
Repasses							
País	-	12.782.117	9.366.488	8.941.011	17.551.915	42.063.772	68.291.754
Exterior	-	2.473.461	2.295.816	2.250.975	3.761.735	5.108.873	3.348.138
Dívida subordinada	355.915.812	14.204.068	17.249.349	21.523.265	53.174.381	74.604.666	351.301.754
Outros passivos financeiros	-	98.756	98.756	98.756	197.512	493.781	30.387
Total	355.915.812	39.415.924	33.336.544	34.126.086	76.545.562	24.080.474	423.875.007

	2021						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	1.476.226	1.318.322	1.154.440	1.867.154	2.919.050	3.270.268
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras							
Debêntures							
Emissões privadas	-	420.555	225.631	190.626	297.802	122.593	-
Letras financeiras	-	1.134.776	-	-	-	-	-
Derivativos	-	72.239	72.666	70.543	133.408	272.109	283.311
Juros sobre instrumento elegível a capital principal	-	1.057.871	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	536.176	517.119	497.879	937.240	385.812	363.087
Exterior	-	551.750	6.482.223	2.768.222	-	-	-
Repasses							
País	-	14.547.466	12.935.133	9.869.855	19.090.785	43.880.199	71.649.258
Exterior	-	3.061.966	2.928.198	2.770.756	5.196.048	7.229.552	4.181.793
Dívida subordinada	333.151.713	20.259.100	22.760.784	24.737.663	54.609.564	158.133.788	339.145.784
Outros passivos financeiros	-	98.756	98.756	98.756	197.512	493.781	98.756
Total	333.151.713	43.216.881	47.338.832	42.158.740	82.329.513	213.436.884	418.992.257

4.6. Concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito

As tabelas a seguir demonstram os saldos dos ativos financeiros com exposição ao risco de crédito por setor de atividade econômica.

	2022						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços ⁽¹⁾	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	35.608.353	-	35.608.353
Títulos e valores mobiliários	72.964.985	-	3.192.394	30.909	12.407.090	4.135.143	92.730.521
Derivativos	-	-	-	-	1.168.897	148.857	1.317.754
Operações de crédito e repasses	109.950.832	2.905.881	158.744.909	2.159.197	123.411.941	84.217.681	481.390.441
Outros ativos financeiros	1.578.895	-	-	-	-	4.115.091	5.693.986
Total	184.494.712	2.905.881	161.937.303	2.190.106	172.596.281	92.616.772	616.741.055

	2021						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços ⁽¹⁾	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	95.298.787	-	95.298.787
Títulos e valores mobiliários	89.319.255	-	2.513.190	134	9.677.824	3.331.030	104.841.433
Derivativos	-	-	2.622	-	151.782	680.561	834.965
Operações de crédito e repasses	115.735.342	1.256.790	142.879.766	3.619.111	99.665.441	92.318.267	455.474.717
Outros ativos financeiros	7.078.922	-	-	-	-	2.002.952	9.081.874
Total	212.133.519	1.256.790	145.395.578	3.619.245	204.793.834	98.332.810	665.531.776

⁽¹⁾ Inclui empresas de mineração, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, saneamento básico e concessionárias de rodovias.

A divulgação dos saldos de operações de crédito e repasses interfinanceiros por grupo de clientes significativos está apresentada na Nota explicativa nº 6.1.3.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	134.342	434.479
Aplicações interfinanceiras de liquidez	35.474.011	94.864.308
Aplicações em operações compromissadas	34.565.519	94.554.390
Aplicações em moedas estrangeiras	908.492	309.918
Total	35.608.353	95.298.787

As operações compromissadas (compra de títulos com compromisso de revenda no mercado de balcão) são operações de curto prazo lastreadas em títulos públicos federais.

6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO

	2022	2021
Operações de crédito	310.790.543	302.517.069
Repasse interfinanceiros	178.817.747	162.498.233
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	551.676	645.181
Direitos recebíveis	4.666.162	1.019.084
Provisão para perdas de crédito	(13.435.687)	(11.204.850)
Subtotal operações de crédito e repasses interfinanceiros	481.390.441	455.474.717
Debêntures	1.645.541	2.392.006
Provisão para perdas de crédito	(5.106)	(7.831)
Subtotal títulos e valores mobiliários	1.640.435	2.384.175
Total de operações da carteira de crédito	483.030.876	457.858.892
Circulante	73.851.826	70.425.000
Não circulante	409.179.050	387.433.892

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração dos ativos da carteira de crédito, bem como da provisão para perdas de crédito, seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações e IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, cujo detalhamento pode ser encontrado na Nota Explicativa nº 32.1.

As informações sobre a política e a gestão de riscos da carteira de crédito do BNDES são encontradas na Nota Explicativa nº 25.

6.1. Operações de crédito e Repasses interfinanceiros

6.1.1. Operações de crédito - Operações diretas

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

Composição

	2022	2021
Saldo Bruto	310.790.543	302.517.069
Provisão para perdas de crédito	(9.344.482)	(10.030.997)
Total	301.446.061	292.486.072
Circulante	30.617.917	32.916.128
Não circulante	270.828.144	259.569.944

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.1.2. Repasses interfinanceiros - Operações indiretas

Pelo fato do BNDES não dispor de agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações realizadas por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

Composição

	2022	2021
Saldo bruto	178.817.747	162.498.233
Provisão para perdas de crédito	(325.790)	(186.732)
Total	178.491.957	162.311.501
Circulante	41.872.349	37.075.654
Não circulante	136.619.608	125.235.847

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.1.3. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2022				2021			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	16.309.614	5,2%	23.273.609	13,0%	15.985.193	5,3%	22.709.367	14,0%
10 seguintes maiores clientes	61.545.227	19,8%	109.232.919	61,1%	61.833.281	20,4%	104.486.884	64,4%
20 seguintes maiores clientes	54.731.154	17,6%	41.493.137	23,2%	50.414.703	16,7%	31.307.221	19,3%
50 seguintes maiores clientes	66.868.317	21,5%	4.818.083	2,7%	66.940.796	22,1%	3.994.761	2,5%
100 seguintes maiores clientes	50.600.805	16,3%	-	-	51.138.285	16,9%	-	-
Demais clientes	60.735.425	19,6%	-	-	56.204.811	18,6%	-	-
Total	310.790.542	100,0%	178.817.748	100,0%	302.517.069	100,0%	162.498.233	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o BNDES não possuía excesso de exposição com nenhum grupo econômico, segundo os critérios das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e 4.678/2018.

6.2. Direitos recebíveis e venda a prazo de títulos e valores mobiliários

Composição

	2022	2021
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	551.676	645.181
Provisão para perdas de crédito	(65.326)	(99.788)
	486.350	545.393
Direitos recebíveis	4.666.162	1.019.084
Provisão para perdas de crédito	(3.700.089)	(887.333)
	966.073	131.751
Total	1.452.423	677.144
Circulante	1.361.559	12.767
Não circulante	90.864	664.377

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.3. Debêntures

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento conforme prevê o seu modelo de negócios.

Composição

	2022	2021
Setor Privado	630.293	1.024.286
Setor Público	1.015.248	1.367.720
Provisão para perdas de crédito	(5.106)	(7.831)
Total	1.640.435	2.384.175
Circulante	-	420.451
Não circulante	1.640.435	1.963.724

A movimentação da provisão para perdas de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

6.4. Provisão para perdas de crédito

Apresentamos a seguir a reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios, tanto para as operações da carteira de crédito como para os demais ativos financeiros e compromissos de crédito a liberar, sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

	2022			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	1.034.273	675.820	8.320.904	10.030.997
Constituição/ (reversão) líquida	(702.207)	(75.208)	305.691	(471.724)
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	1.615.647	(476.568)	(1.139.079)	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(214.791)	(214.791)
Saldo no final do exercício	1.947.713	124.044	7.272.725	9.344.482
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	137.444	48.510	778	186.732
Constituição/ (reversão) líquida	141.757	(2.768)	70	139.059
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	45.742	(45.742)	-	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(1)	(1)
Saldo no final do exercício	324.943	-	847	325.790
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	355	-	99.433	99.788
Constituição/ (reversão) líquida	31	-	(34.492)	(34.461)
Baixas por desconhecimento	-	-	(1)	(1)
Saldo no final do exercício	386	-	64.940	65.326
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	155	1.563	885.615	887.333
Constituição/ (reversão) líquida	(1.098)	-	2.815.270	2.814.172
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	1.520	(1.563)	43	-
Baixas por desconhecimento	-	-	(1.416)	(1.416)
Saldo no final do exercício	577	-	3.699.512	3.700.089
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	6.701	1.130	-	7.831
Constituição/ (reversão) líquida	(1.595)	(1.130)	-	(2.725)
Saldo no final do exercício	5.106	-	-	5.106
Debêntures - VJORA				
Saldo no início do exercício	27.859	5.888	-	33.747
Constituição/ (reversão) líquida	75.630	9.248	182.580	267.458
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	(8.977)	8.977	-	-
Saldo no final do exercício	94.512	24.113	182.580	301.205
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	416	-	-	416
Constituição/ (reversão) líquida	2.388	-	-	2.388
Saldo no final do exercício	2.804	-	-	2.804
Título de renda fixa no exterior - VJORA				
Saldo no início do exercício	314	-	-	314
Constituição/ (reversão) líquida	121	-	-	121
Saldo no final do exercício	435	-	-	435
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				89.288
Constituição/ (reversão) líquida				87.525
Saldo no final do exercício				176.813

⁽¹⁾ Movimentação pelos saldos iniciais das operações.

O BNDES efetuou a revisão da estimativa referente ao critério de declaração de ativo com problema de recuperação de crédito para a data-base de 31 de dezembro de 2022, prospectivamente, conforme Nota Explicativa nº 32.17.

	2021			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	2.019.545	456.758	16.189.874	18.666.177
Constituição/ (reversão) líquida	(731.633)	(143.339)	6.999.141	6.124.169
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	(253.639)	362.401	(14.624.851)	(14.516.089)
Baixas por desconhecimento	-	-	(243.260)	(243.260)
Saldo no final do exercício	1.034.273	675.820	8.320.904	10.030.997
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	438.166	-	664.901	1.103.067
Constituição/ (reversão) líquida	(203.515)	46	(248.549)	(452.018)
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	(97.207)	48.464	(415.574)	(464.317)
Saldo no final do exercício	137.444	48.510	778	186.732
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	555	-	193.837	194.392
Constituição/ (reversão) líquida	(218)	-	(92.495)	(92.713)
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	18	-	(1.909)	(1.891)
Saldo no final do exercício	355	-	99.433	99.788
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	12	-	834.179	834.191
Constituição/ (reversão) líquida	(9)	-	60.238	60.229
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	152	1.563	(8.802)	(7.087)
Saldo no final do exercício	155	1.563	885.615	887.333
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	16.485	1.493	-	17.978
Constituição/ (reversão) líquida	(9.321)	(720)	-	(10.041)
Transferência entre estágios ⁽¹⁾	(463)	357	-	(106)
Saldo no final do exercício	6.701	1.130	-	7.831
Debêntures - VJORA				
Saldo no início do exercício	40.597	-	303.090	343.687
Constituição/ (reversão) líquida	(12.738)	5.888	(303.090)	(309.940)
Saldo no final do exercício	27.859	5.888	-	33.747
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Constituição/ (reversão) líquida	416	-	-	416
Saldo no final do exercício	416	-	-	416
Título de renda fixa no exterior - VJORA				
Saldo no início do exercício	373	-	-	373
Constituição/ (reversão) líquida	(59)	-	-	(59)
Saldo no final do exercício	314	-	-	314
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				7.978
Constituição/ (reversão) líquida				81.310
Saldo no final do exercício				89.288

⁽¹⁾ Movimentação pelos saldos de provisão em cada estágio.

Composição do resultado de provisão para perdas de crédito

	2022	2021
Reversão (constituição) líquida:	(2.802.981)	9.588.137
Operações de crédito	470.556	8.391.920
Repasse interfinanceiros	(139.059)	916.335
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	34.461	94.604
Direitos recebíveis	(2.814.172)	(53.142)
Debêntures	(264.733)	320.087
Títulos de renda fixa no exterior	(2.509)	(357)
Compromissos de crédito	(87.525)	(81.310)
Recuperação de valores anteriormente baixados	952.486	883.991
Receita (despesa) líquida no exercício	(1.850.495)	10.472.128

6.5. Créditos renegociados e recuperados

	2022	2021
Créditos transferidos para prejuízo	216.208	243.260
Créditos recuperados	952.486	883.991
Créditos renegociados	4.930.963	69.118.823

O efeito da movimentação atípica dos créditos renegociados no exercício findo em 2021, se deve às medidas emergenciais adotadas a partir de março de 2020 para mitigação dos efeitos da pandemia do coronavírus, com destaque para a concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortizações de empréstimos contratados junto às empresas do Sistema, nas modalidades direta e indireta às empresas afetadas pela crise – medida conhecida no mercado como *Standstill*.

No entanto, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de operações renegociadas no âmbito das referidas medidas emergenciais deixou de ser representativo com percentual correspondendo a 0,01% da carteira total de operações de crédito e repasses interfinanceiros (em 31 de dezembro de 2021 o saldo representava 13,34%).

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários representam o segundo maior grupo de ativos no BNDES.

	2022				2021			
	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total	Avaliadas ao valor justo		Avaliadas ao custo amortizado (CA)	Total
	Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)			Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)		
Títulos públicos	53.419.848	17.724.418	50.491	71.194.757	65.781.998	21.806.752	57.864	87.646.614
Ações não coligadas	-	56.739.845	-	56.739.845	-	51.511.863	-	51.511.863
Debêntures ⁽¹⁾	-	7.439.201	1.640.435	9.079.636	501.338	4.560.293	2.384.175	7.445.806
Fundos mútuos de investimento	1.665.611	2.343.818	-	4.009.429	1.670.627	1.802.524	-	3.473.151
Títulos de renda fixa no exterior ⁽¹⁾	49.038	4.733.134	7.673.956	12.456.128	71.189	5.837.351	3.840.473	9.749.013
Total	55.134.497	88.980.416	9.364.882	153.479.795	68.025.152	85.518.783	6.282.512	159.826.447

⁽¹⁾ Os saldos de debêntures e títulos de renda fixa no exterior mensurados ao custo amortizado estão apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito, cuja movimentação está apresentada na Nota explicativa nº 6.4.

7.1. Títulos Públicos

	2022				2021			
	VJR	VJORA	CA	Total	VJR	VJORA	CA	Total
Carteira própria	32.223.843	10.338.181	50.491	42.612.515	43.649.303	11.232.101	57.864	54.939.268
Vinculados a compromissos de recompra	20.214.030	5.477.399	-	25.691.429	19.836.313	6.316.471	-	26.152.784
Vinculados à prestação de garantias	981.975	1.908.838	-	2.890.813	2.296.382	4.258.180	-	6.554.562
Total	53.419.848	17.724.418	50.491	71.194.757	65.781.998	21.806.752	57.864	87.646.614
Circulante				58.781.504				70.940.967
Não circulante				12.413.253				16.705.647

7.2. Ações não coligadas

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, cujo foco em geral corresponde à perspectiva de longo prazo.

As práticas contábeis de reconhecimento e mensuração das ações não coligadas seguem os critérios estabelecidos especificamente nos normativos IFRS 9 e IFRS 7. Para maiores detalhes, vide Nota Explicativa nº 32.1.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações (*units*) classificados na categoria VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas investidas	2022			Valor contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total	2022	2021
	Ordinárias	Preferenciais			
NÍVEL 1					
PETROBRAS ⁽¹⁾	-	1.035.459	7,94	25.472.285	30.064.508
JBS ⁽²⁾	461.661	-	20,81	10.110.378	-
ELETRONBRAS ⁽³⁾	146.502	36.954	7,97	7.780.344	8.455.187
COPEL – UNITS	131.162	524.646	23,96	5.028.734	4.147.329
ENERGISA – UNITS	46.430	185.718	11,38	2.059.616	69.613
CEMIG	82.008	-	3,73	1.320.325	1.452.578
EMBRAER	39.762	-	5,37	568.206	987.303
BRASIL ENERGIA S.A. (ex AES TIETÊ ENERGIA)	40.482	-	6,73	392.274	437.869
COPASA	13.160	-	3,46	207.000	166.337
COMPANHIA SIDERURGICA NACIONAL	8.795	-	0,63	128.493	221.104
ENGIE BRASIL ENERGIA ⁽⁴⁾	-	-	-	-	279.212
Subtotal Nível 1				53.067.655	46.281.040
Outras empresas - Nível 1				80.240	444.863
Total Nível 1				53.147.895	46.725.903
Nível 2				183.357	79.028
Nível 3				3.408.593	4.706.932
TOTAL				56.739.845	51.511.863
Circulante				7.380.000	571.696
Não circulante				49.359.845	50.940.167

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a subsidiária BNDESPAR alienou a totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17.700 mil ações, de forma que as empresas do Sistema BNDES não possuem mais ações ordinárias da Petrobras (vide Nota Explicativa n.º 7.2.1).

Do total da participação de 7,94%, 1,04% são detidas diretamente pelo BNDES (com 135.248 mil preferenciais) e 6,90% através da BNDESPAR (com 900.211 mil preferenciais). Em 31 de dezembro de 2022, todas as 135.248 mil ações preferenciais (PETR4) de titularidade do BNDES estão dadas em garantia a operações realizadas na B3.

⁽²⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Administração da subsidiária BNDESPAR julgou não mais exercer influência significativa na JBS, e portanto o investimento nessa empresa foi transferido do grupo Coligadas para Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA. Vide Nota Explicativa n.º 9.

⁽³⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a subsidiária BNDESPAR alienou 69.803 mil ações ordinárias da Eletrobras (ELET3), correspondente a 5,42% do capital social votante da investida (vide Nota Explicativa n.º 7.2.1).

Do total da participação de 7,97%, 4,03% são detidas diretamente pelo BNDES (com 74.545 mil ações ordinárias e 18.263 mil preferenciais) e 3,94% através de sua subsidiária BNDESPAR (com 71.956 mil ações ordinárias e 18.691 mil preferenciais).

⁽⁴⁾ Ações alienadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Para detalhes da classificação da carteira em níveis, vide Nota Explicativa n.º 32.1.6.

7.2.1. Resultados com alienação de investimentos em ações não coligadas

O resultado com alienação de títulos de renda variável é apurado pela receita de vendas, deduzida de custos e despesas incorridas e do custo de aquisição das ações vendidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor total de R\$ 3.465.000 (R\$ 2.226.189 líquido de efeitos tributários).

As operações de alienação de ações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 que geraram os ganhos mais relevantes foram:

(i) alienação pela subsidiária BNDESPAR, no trimestre findo em 30 de junho de 2022, de 69.801.514 ações ordinárias da Eletrobras (ELET3), correspondente a 5,42% do capital social votante da Eletrobras, cujo valor justo na data da operação era de R\$ 2.961.678. A operação foi realizada no âmbito da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de ações da ELET3, pelo valor unitário de venda de R\$ 42,00 (fixado em 9 de junho de 2022 por procedimento de precificação da Oferta), e gerou um ganho para a BNDESPAR de R\$ 2.603.693 sem considerar o efeito fiscal. A participação da BNDESPAR foi reduzida de 10,23% para 5,78% do capital total da Companhia investida.

(ii) alienação pela subsidiária BNDESPAR, no trimestre findo em 31 de março de 2022, da totalidade das ações ordinárias da Petrobras (PETR3) de sua titularidade, representada por 17,7 milhões de ações que correspondem a 0,24% do capital social votante da Petrobras, cujo valor justo na data da operação era de R\$ 633.507. A operação foi realizada em pregão na bolsa de valores (B3) ao preço médio unitário de venda de R\$ 35,88 por ação e gerou um ganho de R\$ 443.505 sem considerar o efeito fiscal. A participação da BNDESPAR foi reduzida de 7,04% para 6,90% do capital total da Companhia investida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor total de R\$ 11.510.047 (R\$ 7.144.499 líquido de efeitos tributários). A alienação com valor mais relevante gerou um ganho de R\$ 9.929.523, sem considerar o efeito fiscal, e é resultado da alienação pela subsidiária BNDESPAR da totalidade das ações da Vale S.A. de sua titularidade.

O ganho com alienações de ações VJORA líquido dos efeitos tributários foi transferido de “Outros resultados abrangentes” para “Lucros (prejuízos) Acumulados”.

7.2.2. Receita de Dividendos e JCP de investimentos em ações não coligadas

Apresentamos a seguir a abertura das receitas com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) referente aos valores mais relevantes das empresas listadas em bolsa, evidenciadas na Demonstração do Resultado.

Empresas	2022			2021		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	15.746.497	1.501.626	17.248.123	4.836.615	1.111.463	5.948.078
JBS	923.322	-	923.322	-	-	-
Copel	333.722	236.513	570.235	670.485	159.469	829.954
Eletrobras	210.022	-	210.022	611.263	-	611.263
Cemig	37.687	73.925	111.612	51.308	50.926	102.234
Naturgy Brasil (ex CEG)	40.327	23.789	64.116	193.550	17.106	210.656
Subtotal	17.291.577	1.835.853	19.127.430	6.363.221	1.338.964	7.702.185
Outras empresas	39.313	11.589	50.902	67.138	17.850	84.988
Total	17.330.890	1.847.442	19.178.332	6.430.359	1.356.814	7.787.173

Do total da receita com proventos de R\$ 19.178.332 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, R\$ 59.420 são provenientes de ações que foram alienadas e não fazem parte da carteira de ações do Sistema BNDES em 31 de dezembro de 2022.

O valor a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na linha “Outros ativos financeiros ao custo amortizado” do balanço patrimonial, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.2.

7.3. Debêntures

	2022			2021			
	VJORA	CA ⁽¹⁾	Total	VJR	VJORA	CA ⁽¹⁾	Total
Setor Privado	7.149.914	628.337	7.778.251	501.338	4.162.601	1.020.088	5.684.027
Setor Público	289.287	1.012.098	1.301.385	-	397.692	1.364.087	1.761.779
Total	7.439.201	1.640.435	9.079.636	501.338	4.560.293	2.384.175	7.445.806
Circulante			9.680				1.071.376
Não circulante			9.069.956				6.374.430

⁽¹⁾ As debêntures mensuradas ao custo amortizado fazem parte das Operações da carteira de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa n.º 6.3.

7.4. Fundos de investimento

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	2022	2021
SRM EXODUS PME FIDC	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	366.553	318.970
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	357.555	256.008
BIZCAPITAL FINPASS PME FIDC	CM Capital Markets DTVM Ltda.	262.208	171.436
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	254.130	263.034
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	244.375	246.086
LGEF II BRLGEF II BRASIL FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	214.770	-
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	206.968	201.756
Fundo BBI Financeiro I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A.	202.240	200.449
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ⁽¹⁾	190.376	185.559
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos LTDA	134.747	86.140
CRATEC III FIP	Lions Trust Adm de Recursos LTDA	129.353	92.268
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	121.163	77.364
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	110.353	118.391
Capital Tech II FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	96.398	126.557
Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR	Banco do Nordeste do Brasil S. A. - BNB	95.367	123.508
XP MPME I FIDC	BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	86.030	85.280
PERFORMA KEY DE INOVAÇÃO EM MEIO AMBIENTE FIP	Lions Trust Administradora de Recursos S.A.	81.404	64.582
Subtotal		3.153.990	2.617.388
Outros		855.439	855.763
Total		4.009.429	3.473.151
Circulante		1.665.611	1.485.068
Não circulante		2.343.818	1.988.083

7.5. Derivativos

O BNDES realiza operações de derivativos com o objetivo de gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa nº 32.1.4.

7.5.1. Composição

	Vencimentos	2022			2021	
		Valor de referência	Valor de mercado		Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos swap						
Cambiais:						
USD x Euro		-	-	-	78	-
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	235.213	1.075.067	-	151.704	(49.481)
Subtotal		235.213	1.075.067	-	151.782	(49.481)
Contratos futuro ⁽¹⁾						
DI (posição comprada)	jan/33	1.589	-	-	-	-
DI (posição vendida)	jan/23 a jan/31	(49.732.165)	-	-	-	-
USD (posição vendida)	jan/23 a fev/23	(1.370.951)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	jan/23 a jan/31	21.736.867	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	jan/23 a mai/35	6.040.985	-	-	-	-
Subtotal		(23.323.675)	-	-	-	-
Contratos a termo						
Títulos públicos	jan/23		93.830	(93.828)	-	-
Subtotal			93.830	(93.828)	-	-
Opções						
	Precificação					
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Proporção do Valuation/DCF e Black-Scholes		148.857	-	683.183	-
Subtotal			148.857	-	683.183	-
Total			1.317.754	(93.828)	834.965	(49.481)
Circulante			268.769	(93.828)	533.804	(46.206)
Não circulante			1.048.985	-	301.161	(3.275)

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

Derivativos cambiais e de taxa de juros em mercado de balcão

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2022. Todas as operações abaixo foram contabilizadas de acordo com a Circular BACEN n.º 3.082/2002.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 1.020,91 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2022, o BNDES não possuía títulos públicos dados em garantia a essas operações e houve recebimento do valor de R\$ 369.009 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 616.883 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*, registrado como “Depósitos Interfinanceiros” na rubrica “Obrigações por depósitos” (vide Nota Explicativa nº 12.2).

O quadro seguinte descreve as operações ativas realizadas no mercado de balcão com saldo em 31 de dezembro de 2021.

Valor Nominal	Moedas de referência	Vencimento	Contrapartes
US\$ 7,85 milhões ⁽¹⁾	USD – Euro	jun/2022	Santander
US\$ 1.050,25 milhões ⁽¹⁾	USD (taxa de juros fixa - flutuante)	out/2045	Bank of America Merrill Lynch, Goldman Sachs, Citibank e Santander

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos e depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, há aporte bilateral de margens iniciais na contratação da operação e, até a liquidação, haverá verificações periódicas para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2021, os valores dos títulos públicos dados em garantia a essas operações eram de R\$ 34.031, e houve recebimento do valor de R\$ 38.841 em títulos em garantia. Foram recebidos ainda R\$ 69.799 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*, registrado como “Depósitos Interfinanceiros” na rubrica “Obrigações por depósitos” (vide Nota Explicativa nº 12.2).

7.5.2. Resultado com derivativos

Receitas (despesas)	2022	2021
<i>Swap</i>	956.474	44.737
Futuro	(1.809.606)	4.256.911
Resultado de derivativos - renda fixa	(853.132)	4.301.648
Opções	822.356	81.457
Resultado de derivativos - renda variável	822.356	81.457
Resultado líquido	(30.776)	4.383.105

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2022	2021
Direitos a receber - Sistema Eletrobras	776.473	5.045.893
Créditos perante o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	802.422	2.033.029
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	1.889.794	132.415
Devedores por depósito em garantia	835.199	862.753
Cessão de direito de capitalização	430.503	430.503
Pagamentos a ressarcir	320.647	115.774
Diversos	638.948	461.507
Total	5.693.986	9.081.874
Circulante	3.732.941	5.336.755
Não circulante	1.961.045	3.745.119

8.1. Direitos a receber - Sistema Eletrobras

Em 28 de dezembro de 2012, ao amparo do art. 7º da Medida Provisória n.º 600, de mesma data, convertida na Lei n.º 12.833/2013, o BNDES adquiriu créditos detidos pela União contra a Itaipu Binacional, ao preço de R\$ 6.001.807. A aquisição foi liquidada mediante a entrega, à União, de uma carteira de ações de emissão de sociedades anônimas, no montante de R\$ 5.998.585, e com o pagamento, em 31 de dezembro de 2012, de R\$ 3.222 em moeda corrente. Os referidos créditos, de valor econômico equivalente e correspondente a um fluxo de pagamentos em moeda nacional descrito no pertinente contrato, são garantidos, quanto à sua existência e liquidação, pela União, a qual se obrigou a honrá-los incondicionalmente. O vencimento dos recebíveis ocorre entre março de 2020 e fevereiro de 2023 (pagamentos mensais) e a Taxa Interna de Retorno é de 9,34%.

	2022	2021
Direitos a receber – Sistema Eletrobras	776.473	5.045.893
Total	776.473	5.045.893
Circulante	776.473	4.549.390
Não circulante	-	496.503

8.2. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	2022	2021
Ações não coligadas		
Dividendos	1.656.932	3.473
Juros sobre capital próprio	222.410	121.013
Coligadas		
Juros sobre capital próprio	10.452	7.929
Total	1.889.794	132.415
Circulante	1.889.794	132.415

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam todas as empresas investidas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce “influência significativa” em conformidade com a IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto. Para maiores detalhes sobre as práticas contábeis de investimentos em coligadas, vide Nota Explicativa nº 32.2.

O quadro a seguir apresenta informações detalhadas das participações relevantes em Coligadas e Ativos Mantidos para Venda em 31 de dezembro de 2022.

2022 ⁽¹⁾							2021 ⁽¹⁾	Natureza das atividades do negócio da coligada
Coligadas e Ativos Mantidos para venda ⁽²⁾	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	
	Ordinárias	Total	Votante					
Tupy (4)	40.645	28,20%	28,20%	869.481	-	869.481	780.705	Setor de metalurgia e siderurgia
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	320.583	-	320.583	305.044	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
Iguá	56.335	13,21%	13,21%	310.599	-	310.599	417.724	Saneamento
CTC	60.902	18,99%	18,99%	305.210	-	305.210	333.935	Biotecnologia
JBS ⁽⁵⁾				-	-	-	8.766.691	Setor de alimentos
Subtotal				1.805.873	-	1.805.873	10.604.099	
Outros				415.613	(274.060)	141.553	331.444	
Total Coligadas				2.221.486	(274.060)	1.947.426	10.935.543	
Ativos Mantidos para Venda ⁽⁶⁾				-	-	-	949.472	
Total				2.221.486	(274.060)	1.947.426	11.885.015	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/10/2022 (31/10/2021 para cálculo da equivalência em 31/12/2021).

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital da coligada, ajustado pelas ações em tesouraria quando aplicável.

⁽⁴⁾ Em 1º de janeiro de 2023 se encerrou a vigência do Acordo de Acionistas do qual a BNDESPAR era signatária referente ao seu investimento na Tupy. Como a BNDESPAR é o maior acionista individual, o ativo continua sendo tratado como uma Companhia coligada. A Administração concluirá acerca da manutenção ou não de influência significativa por parte da BNDESPAR durante o primeiro trimestre de 2023.

⁽⁵⁾ Investimento reclassificado para Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA, conforme detalhado a seguir.

⁽⁶⁾ A participação em coligada apresentada no grupo de Ativos Mantidos para Venda em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 949.472) corresponde a parte do investimento da subsidiária BNDESPAR na JBS que foi alienada em 16/02/2022 conforme detalhado a seguir.

Além do valor de R\$ 949.472 referente à participação em coligada em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica “Ativos Mantidos para Venda” no balanço apresenta R\$ 1.416 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 2.287 em 31 de dezembro de 2021 referente a outros ativos que não são coligadas.

JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa

Em 16 de fevereiro de 2022, dando continuidade à estratégia de desinvestimento de posições maduras, a BNDESPAR alienou, por meio de operação de *block trade* bolsa de valores (B3), 50 milhões de ações ordinárias de emissão da JBS S.A., no montante total, líquido das despesas de venda, de R\$ 1.867.896, ao preço unitário de R\$ 37,52 por ação ordinária (JBSS3). Na data da venda, a participação da BNDESPAR na JBS foi reduzida de 21,55% para 19,45% do capital total e votante da investida, passando a deter o total de 461.661.101 ações ordinárias da JBS S.A. O valor baixado do ativo em decorrência da alienação (R\$ 949.472) estava apresentado no grupo de Ativo Mantido para Venda desde 31 de dezembro de 2021. Tal operação gerou um lucro de R\$ 1.129.105 (sem considerar os efeitos fiscais) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e considera realização do saldo de outros resultados abrangentes reflexo de coligadas até então reconhecido no patrimônio líquido (R\$210.681), apresentado na rubrica “Resultado com alienações de títulos de renda variável”.

Considerando a redução da participação no capital da JBS para menos de 20% em 16 de fevereiro de 2022, aliada a inexistência de acordo de acionistas vigente que permitissem a BNDESPAR vetar matérias relevantes ou participar na definição de políticas operacionais e financeiras da investida, a Administração entendeu que a BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na JBS, passando a tratar o investimento na JBS como instrumento financeiro. Portanto, a partir de 31 março de 2022 o investimento na BNDESPAR na JBS passou a ser apresentado no grupo de Títulos e Valores Mobiliários – VJORA, sendo mensurado pelo seu valor justo. Tal operação gerou um ganho sem realização financeira para a BNDESPAR de R\$ 8.824.107, incluído na linha “Outras rendas (despesas) sobre participações acionárias” da demonstração do resultado, sendo: (i) R\$ 6.590.434 decorrente da mensuração inicial do investimento na JBS pelo seu valor justo e (ii) R\$ 2.233.673 decorrente da transferência para do resultado

do saldo de Outros Resultados Abrangentes Reflexo de coligadas, até então reconhecido no patrimônio líquido. O ligeiro aumento no percentual de participação da BNDESPAR ocorrido ao longo do exercício decorreu do cancelamento de ações da JBS mantidas em tesouraria por esta empresa, não representa alteração na forma de atuação da BNDESPAR e não altera a avaliação da Administração de inexistência de influência significativa.

9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas e ativos mantidos para venda

Os quadros abaixo mostram, por coligada, as principais movimentações ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2022	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e movimentação do PL reflexos de coligadas	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Transferência de coligada para TVM e/ou para Ativos Mantidos para Venda	Alienação	Saldo em 31/12/2022
Coligadas									
Tupy	780.705	(18.357)	140.036	-	(32.903)	-	-	-	869.481
CBO Holding	305.044	-	39.554	(5.854)	(18.161)	-	-	-	320.583
Iguá	417.724	-	(69.649)	(38.831)	1.355	-	-	-	310.599
CTC	333.935	(6.043)	1.928	(24.786)	176	-	-	-	305.210
JBS ^{(2) (3)}	8.766.691	-	789.614	-	288.396	-	(9.844.701)	-	-
Subtotal	10.604.099	(24.400)	901.483	(69.471)	238.863	-	(9.844.701)	-	1.805.873
Outras coligadas	331.444	(9.921)	36.840	(95.320)	523	9.462	(131.082)	(393)	141.553
Total coligadas	10.935.543	(34.321)	938.323	(164.791)	239.386	9.462	(9.975.783)	(393)	1.947.426
Ativos Mantidos para Venda ⁽⁴⁾	949.472	-	-	-	-	-	131.082	(1.080.554)	-
Total	11.885.015	(34.321)	938.323	(164.791)	239.386	9.462	(9.844.701)	(1.080.947)	1.947.426

Coligadas e Ativos Mantidos para Venda	Saldo em 01/01/2021	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados com equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial ⁽²⁾	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Transferência de coligada para TVM e/ou para Ativos Mantidos para Venda	Alienação	Saldo em 31/12/2021
Tupy	737.226	-	(17.563)	67.924	140	(7.022)	-	-	-	780.705
CBO Holding	248.900	-	-	13.811	28.182	14.151	-	-	-	305.044
Iguá	128.099	326.369	-	(9.592)	(27.152)	-	-	-	-	417.724
CTC	337.791	-	(4.888)	22.468	(21.392)	(44)	-	-	-	333.935
JBS ⁽²⁾	9.009.691	-	(1.755.465)	4.132.259	59.835	(354.431)	-	(949.472)	(1.375.726)	8.766.691
Subtotal	10.461.707	326.369	(1.777.916)	4.226.870	39.613	(347.346)	-	(949.472)	(1.375.726)	10.604.099
Outras coligadas	512.334	13.444	(11.406)	41.933	(4.355)	(5.696)	(214.295)	-	(515)	331.444
Total coligadas	10.974.041	339.813	(1.789.322)	4.268.803	35.258	(353.042)	(214.295)	(949.472)	(1.376.241)	10.935.543
Ativos Mantidos para Venda ⁽⁴⁾	30.016	-	-	-	-	-	-	949.472	(30.016)	949.472
Total	11.004.057	339.813	(1.789.322)	4.268.803	35.258	(353.042)	(214.295)	-	(1.406.257)	11.885.015

⁽¹⁾ Inclui a amortização das Mais e Menos Valias de ativos e passivos e baixa de ágios apurados na aquisição de participação societária. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 inclui ainda os efeitos de mudança relativa do percentual de participação das coligadas;

⁽²⁾ A movimentação do "Ajuste de avaliação patrimonial e Movimentação reflexa do PL de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pela JBS em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Investimento reclassificado para Títulos e Valores Mobiliários – Ações VJORA.

⁽⁴⁾ Em 31 de março de 2022 a Administração da BNDESPAR aprovou a venda do investimento mantido em determinada coligada, sendo essa operação considerada altamente provável de acordo com os critérios do IFRS 5 ("Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada"). Consequentemente, em 31 de março de 2022 o valor desse ativo (R\$ 131.082), cuja realização devia ocorrer pela sua venda foi transferido para o grupo de "Ativos Mantidos para Venda", tendo sido alienado em abril de 2022. Já a participação em coligada apresentada no grupo de Ativos Mantidos para Venda em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 949.472) corresponde parte do investimento da BNDESPAR na JBS, e foi alienada em 16/02/2022.

9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligadas	Título	2022	2021
Tupy	ON	1.127.909	821.036

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão em que a ação foi negociada, no mês de referência.

9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela subsidiária BNDESPAR e suas respectivas amortizações.

As informações financeiras das investidas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/10/2022 ⁽¹⁾					01/11/2021 a 31/10/2022 - doze meses ⁽¹⁾				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade	Lucros (prejuízos) de operações em descontinuidade	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	3.305.444	3.832.064	1.032.732	3.021.649	3.083.127	5.105.268	456.608	-	(116.533)	340.075
Iguá	6.013	1.696.854	4.865	-	1.698.002	157.013	235.777	-	(95.731)	140.046
CBO Holding	634.505	4.172.651	92.987	2.363.466	2.350.703	272.597	(527.126)	(1.182)	-	(528.308)
CTC	436.938	1.300.038	105.606	23.930	1.607.440	373.006	122.813	-	(480)	122.333
Total	4.382.900	11.001.607	1.236.190	5.409.045	8.739.272	5.907.884	288.072	(1.182)	(212.744)	74.146

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2022	2021
Passivo a descoberto nas coligadas - Correspondente a participação da BNDESPAR ⁽¹⁾	875.890	926.237
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício ⁽¹⁾	7.720	26.307

⁽¹⁾ Apurado no investimento de coligadas cuja participação da BNDESPAR não é relevante..

9.5. Análise do valor recuperável de investimentos em coligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a subsidiária BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, em conformidade com a IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, identificando a necessidade de reversão de provisão no montante de R\$ 9.462. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi identificada a necessidade de constituição de provisão no montante de R\$ 214.295.

9.6. Resultado com alienação de investimentos em coligadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a subsidiária BNDESPAR apurou lucro de R\$ 1.301.777 referente alienação de participação societária em coligadas (R\$ 1.570.900 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), sendo grande parte desse ganho, R\$ 1.129.105, decorre da alienação de ações da JBS (vide item “JBS – Alienação de ações e Perda de Influência Significativa”). O saldo está incluído na linha “Resultado com alienações de títulos de renda variável” da Demonstração do Resultado, juntamente com R\$ 910 decorrente da alienação de direitos de subscrição (R\$ 231 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

10. OUTROS ATIVOS

	2022	2021
Despesas antecipadas	1.105.109	1.280.074
Incentivos fiscais	15.148	29.298
Outros investimentos	540	42.146
Outros valores e bens	1.278	1.187
Total	1.122.075	1.352.705
Circulante	1.106.387	1.281.261
Não circulante	15.688	71.444

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2022	2021
Empréstimos		
País	2.362.764	2.832.950
Exterior	8.075.445	9.007.763
	10.438.209	11.840.713
Repases		
País		
Tesouro nacional	38.372.505	101.318.093
Fundo Marinha Mercante	21.123.106	24.029.327
Outros	2.013.144	635.909
Exterior - Instituições multilaterais	19.294.976	24.390.216
	80.803.731	150.373.545
Total	91.241.940	162.214.258
Circulante	15.123.175	13.792.663
Não circulante	76.118.765	148.421.595

Os contratos de empréstimos e repases não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar as demonstrações financeiras do BNDES.

11.1. Composição

a) Empréstimos no país

	2022	2021
Obrigações por aquisição de títulos federais	1.491.334	1.833.882
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	871.430	999.068
Total	2.362.764	2.832.950
Circulante	440.547	445.660
Não circulante	1.922.217	2.387.290

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 1.491.334 em 31 de dezembro de 2022 – R\$ 371.720 no circulante e R\$ 1.119.614 no não circulante – (R\$ 1.833.882, sendo R\$ 372.270 no circulante e R\$ 1.461.612 no não circulante em 31 de dezembro de 2021) foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

b) Empréstimos no exterior – Bonds

Valor da emissão	Vencimento	Taxas de captação	Agente pagador	2022	2021
USD 1,75 bilhão ⁽¹⁾	26/09/2023 ^{(2) (3)}	5,750%	Bank of New York	5.362.650	6.105.452
USD 1 bilhão	09/05/2024 ⁽⁴⁾	4,750%	Bank of New York	2.592.143	2.772.381
Juros provisionados				120.652	129.930
Total				8.075.445	9.007.763
Circulante				5.829.176	129.930
Não circulante				2.246.269	8.877.833

⁽¹⁾ Saldo composto pela emissão original realizada em setembro de 2013 no valor de USD 1,250 bilhão e pela reabertura deste título, realizada em abril de 2014 no valor adicional de USD 500 milhões.

⁽²⁾ Entre 16 e 20 de novembro de 2015, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 309,8 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽³⁾ Entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016, foram cancelados USD 655,9 milhões do título com vencimento em 26/09/2023.

⁽⁴⁾ Entre 10 e 14 de setembro de 2018, foram recomprados, por meio de oferta pública, em valor de face, USD 503,2 milhões do título com vencimento em 09/05/2024. A totalidade dos títulos recomprados por meio desta oferta foi cancelada em 21 de setembro de 2018.

c) Repasses no país

Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	2022	2021
US\$	14,58	754.429	891.339
US\$ + 3,02%	16,36	4.569.036	5.182.723
SELIC	9,09	1.288.229	3.634.576
TJLP	18,21	31.006.580	90.890.900
TLP	18,22	512.442	243.271
Reais + 3,25%	1,01	9.578	28.092
Juros provisionados		232.211	447.192
Total		38.372.505	101.318.093
Circulante		4.216.153	8.138.152
Não circulante		34.156.352	93.179.941

Durante o exercício de 2022, o BNDES antecipou ao Tesouro Nacional R\$ 72,3 bilhões, sendo R\$ 13,3 bilhões de Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme Nota Explicativa n.º 21.2, e R\$ 59 bilhões em devoluções de operações de repasses.

Desse montante de R\$ 59 bilhões, houve a amortização extraordinária de R\$ 45 bilhões, em 11 de novembro de 2022, conforme o cronograma de devolução de recursos ao Tesouro Nacional, aprovado em 17/10/2022 e 18/10/2022, pela Diretoria e Conselho de Administração do BNDES, respectivamente, à luz da determinação do Acórdão n.º 2041/2022 TCU - Plenário e do Acórdão n.º 2175/2022 TCU – Plenário, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Essa agenda teve a anuência do Ministério da Economia, por meio do Ofício SEI No 279350/2022/ME, de 25 de outubro de 2022, com previsão de amortização de R\$ 69 bilhões, sendo R\$ 45 bilhões, em moeda corrente, até 30

de novembro de 2022, e o saldo remanescente, de R\$ 24 bilhões será liquidado até 30 de novembro de 2023, destacando o regime de melhores esforços para a liquidação integral com a maior celeridade possível.

Fundo da Marinha Mercante - FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 21.123.106 (R\$ 24.029.327 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$ 2.202.090 no circulante e R\$ 18.921.016 no não circulante (R\$ 2.306.607 no circulante e R\$ 21.722.720 no não circulante em 31 de dezembro de 2021). O percentual atrelado à moeda estrangeira era de 79% em 31 de dezembro de 2022 (77% em 31 de dezembro de 2021).

d) Repasses no exterior - Instituições multilaterais

Instituição	Moeda	Vencimento médio (em anos)	2022	2021
<i>Japan Bank for International Cooperation – JBIC</i> ⁽¹⁾	YEN/US\$	4,79	1.073.977	1.488.133
<i>Inter-American Development Bank - BID</i>	US\$	14,05	14.977.595	17.613.453
<i>Nordic Investment Bank - NIB</i>	US\$	-	-	50.732
<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW</i>	US\$	8,30	2.582.244	3.146.100
<i>Agence Française de Développement - AFD</i>	US\$	3,93	477.709	638.657
<i>New Development Bank - NDB</i> ⁽²⁾	US\$	-	-	1.395.125
Juros provisionados			183.451	58.016
Total			19.294.976	24.390.216
Circulante			2.435.209	2.772.314
Não circulante			16.859.767	21.617.902

⁽¹⁾ Em 20/12/2021 foi efetuado o pré-pagamento parcial da dívida com o Japan Bank for International Cooperation – JBIC.

⁽²⁾ Em 30/09/2022, foi efetuado o pré-pagamento integral da dívida com o New Development Bank – NDB.

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 2,02% e 7,43% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 0,27% e 4,31% em 31 de dezembro de 2021. A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	2022	2021
Taxas de captação:		
Até 3%	1.603.403	5.319.365
De 3,1 a 5%	1.209.289	1.399.382
De 5,1 a 7%	15.942.870	17.613.453
De 7,1 a 9%	355.963	-
Juros provisionados	183.451	58.016
Total	19.294.976	24.390.216

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas tanto por captações efetuadas através dos tradicionais instrumentos de mercado – empréstimos bancários e emissão de eurobônus – como por aquelas realizadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Enquanto os instrumentos de mercado não demandam garantia do Governo Federal, os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao *Nordic Investment Bank* – NIB, até o ano de 2010, contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC, *Kreditanstalt für Wiederaufbau* – KfW e *Agence Française de Développement* – AFD, incluindo a operação celebrada com o NIB em julho de 2015 e o contrato firmado com a instituição multilateral *New Development Bank* – NDB em 2017, não demandaram garantia formal da União.

11.2. Composição por vencimento

	2022			2021		
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	6.858.790	8.264.385	15.123.175	10.890.419	2.902.244	13.792.663
Entre 1 e 2 anos	4.940.907	4.734.771	9.675.678	9.859.327	2.622.174	12.481.501
Entre 2 e 3 anos	4.770.637	2.142.155	6.912.792	8.146.933	2.504.392	10.651.325
Entre 3 e 5 anos	8.906.013	3.668.021	12.574.034	16.001.880	4.782.400	20.784.280
Entre 5 e 10 anos	18.420.558	4.478.906	22.899.464	35.691.744	6.713.159	42.404.903
Após 10 anos	19.974.614	4.082.183	24.056.797	48.225.976	13.873.610	62.099.586
Total	63.871.519	27.370.421	91.241.940	128.816.279	33.397.979	162.214.258

12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

Para maiores informações sobre o FAT, vide Nota Explicativa nº 32.16.

12.1. FAT Constitucional

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

	2022	2021
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/Selic)	334.993.599	303.565.919
FAT - Moeda estrangeira (Cambial - US\$) ⁽¹⁾	26.450.298	29.585.794
	361.443.897	333.151.713
Juros provisionados	5.415.684	7.562.220
Total	366.859.581	340.713.933
Circulante	5.415.684	7.562.220
Não circulante	361.443.897	333.151.713

⁽¹⁾ Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução CODEFAT nº 320, de 29.04.2003).

Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

Vide Nota Explicativa n.º 25.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

12.2. FAT – Depósitos Especiais

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Obrigações por depósitos”, conforme apresentado a seguir:

Obrigações por depósitos	2022	2021
Depósitos especiais - FAT	5.563.559	6.641.264
Depósitos interfinanceiros	648.491	71.158
Depósitos diversos	588	531
Total	6.212.638	6.712.953
Circulante	1.470.458	1.011.356
Não circulante	4.742.180	5.701.597

O FAT – Depósitos Especiais é composto pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	2022	2021
Fomentar	1.670.703	2.059.596
Pronaf	2.936.611	3.441.417
Infraestrutura	956.245	1.140.251
Total	5.563.559	6.641.264
Circulante	821.379	939.667
Não circulante	4.742.180	5.701.597

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa:

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	Entra-das	2022											
		Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
		SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA	-	16.089	58.403	-	74.492	15.970	57.838	-	184.690	258.498	128.342	827.903	956.245
Econômica-TADE n.º 06/2005	-	16.089	58.403	-	74.492	15.970	57.838	-	184.690	258.498	128.342	827.903	956.245
PRONAF:	-	7.632	37.608	239.341	284.581	15.638	35.770	247.499	490.480	789.387	126.145	2.810.466	2.936.611
Investimento-TADE n.º 19/2005	-	7.632	37.608	239.341	284.581	15.638	35.770	247.499	490.480	789.387	126.145	2.810.466	2.936.611
FAT FOMENTAR:	-	22.192	5.076	140.796	168.064	24.168	5.310	149.569	377.910	556.957	89.710	1.580.993	1.670.703
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	-	20.553	893	135.531	156.977	22.518	1.044	143.866	333.531	500.959	84.375	1.465.765	1.550.140
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	-	1.639	4.183	5.265	11.087	1.650	4.266	5.703	44.379	55.998	5.335	115.228	120.563
Total	-	45.913	101.087	380.137	527.137	55.776	98.918	397.068	1.053.080	1.604.842	344.197	5.219.362	5.563.555

12.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	2022			
	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	310.917.202	29.796.731	6.641.264	347.355.197
Ingresso de recursos	22.181.668	-	-	22.181.668
Variação cambial	-	(1.955.992)	-	(1.955.992)
Provisão de juros	18.798.146	443.667	-	19.241.813
Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	527.137	527.137
Capitalização de juros	8.060.913	-	-	8.060.913
Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(1.053.080)	(1.053.080)
Pagamento de juros	(21.195.532)	(187.222)	(551.762)	(21.934.516)
Movimentação cambial	1.390.440	(1.390.440)	-	-
Saldo no final do exercício	340.152.837	26.706.744	5.563.559	372.423.140

13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

O Sistema BNDES realizou operações de venda de títulos com compromisso de recompra lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado a seguir:

Títulos	2022	2021
Letras do Tesouro Nacional – LTN	7.709.129	32.944.484
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	11.899.612	2.513.694
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	16.500.567	3.604.886
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	342.797	762.053
Total	36.452.105	39.825.117
Circulante	36.452.105	39.825.117

14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

	2022	2021
Fundo Amazônia (FA)	4.022.812	3.672.749
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	1.238.977	1.383.629
Fundo de Terras (FT)	958.412	880.539
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	2.365.201	1.648.266
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	819.698	760.775
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	268.365	240.908
Fundo Nacional de Repartição de Benefícios (FNRB)	5.650	3.945
Outros	2.591	276.677
Total	9.681.706	8.867.488
Circulante	9.034.316	8.328.770
Não circulante	647.390	538.718

15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Debêntures - emissão privada	749.341	1.104.756
Letras Financeiras	-	1.053.682
Total	749.341	2.158.438
Circulante	193.382	1.423.552
Não circulante	555.959	734.886

15.1. Debêntures - Emissão privada

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas, em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$ 10, na data da emissão. A colocação foi privada, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

A remuneração foi fixada em 6% a.a., com pagamentos mensais. O saldo devedor é atualizado no dia 15 de cada mês pela Taxa Referencial – TR. A data de vencimento é 15 de outubro de 2029, com parcelas de amortização mensais de 15 de janeiro de 2009 até 15 de outubro de 2029.

O montante atualizado da obrigação pela emissão de debêntures pelo BNDES está demonstrado a seguir:

	2022	2021
3º emissão de debêntures simples do BNDES		
1ª série		
Principal corrigido (TR)	160.128	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	445	656
2ª série		
Principal corrigido (TR)	160.128	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	445	656
3ª série		
Principal corrigido (TR)	160.128	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	445	656
4ª série		
Principal corrigido (TR)	160.128	236.078
Juros provisionados (6% a.a.)	445	656
5ª série		
Principal corrigido (TR)	106.752	157.383
Juros provisionados (6% a.a.)	297	437
Total	749.341	1.104.756
Circulante	193.382	369.870
Não circulante	555.959	734.886

15.2. Letras financeiras

As últimas obrigações por emissão de letras financeiras foram liquidadas no quarto trimestre de 2022.

O montante total da obrigação pela emissão, vencimentos e juros no exercício de 2021 era de R\$ 1.053.682, sendo R\$ 1.000.000 de principal e R\$ 53.682 de juros provisionados.

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	2022	2021
Obrigações por depósitos a apropriar	502.176	422.439
Vinculadas ao Tesouro Nacional	91.192	3.880
Aquisição a prazo de TVM	-	96.942
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	9.913.974	-
Operações financeiras a liquidar	-	603.228
Arrendamento mercantil a pagar	51.668	49.269
Fornecedores	154.769	112.042
Depósitos a apropriar	7.453	11.188
Compromissos de crédito a liberar	176.813	89.288
Garantias financeiras prestadas	4.981	910
Rendas antecipadas - garantias prestadas	29.178	-
Outras	20.373	24.315
Total	10.952.577	1.413.501
Circulante	10.677.132	1.256.513
Não circulante	275.445	156.988

16.1. Obrigações por depósitos a apropriar

	2022	2021
Depósitos para liquidação de operações de crédito	273.876	287.910
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	87.830	76.691
Outros	140.470	57.838
Total	502.176	422.439
Circulante	502.176	422.439

16.2. Operações de arrendamento mercantil

Apresentamos abaixo a movimentação no exercício, dos ativos de direito de uso dos imóveis, equipamentos e veículos, e as correspondentes obrigações.

a) Ativos de Direito de uso

	2022			
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	41.342	-	894	42.236
Adições por novos contratos	-	-	-	-
Ajuste por remensuração	4.855	-	356	5.211
Depreciação	(3.816)	-	(220)	(4.036)
Saldo no final do exercício	42.381	-	1.030	43.411

	2021			
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	37.578	4.637	446	42.661
Adições por novos contratos	4.155	-	925	5.080
Ajuste por remensuração	2.915	78	-	2.993
Depreciação	(3.306)	(4.715)	(477)	(8.498)
Saldo no final do exercício	41.342	-	894	42.236

Os saldos apresentados neste quadro estão registrados na rubrica "Imobilizado" no balanço patrimonial.

Os ajustes por remensuração referem-se aos contratos que tiveram os valores de suas prestações corrigidos.

b) Arrendamentos a pagar

	2022			
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	48.366	-	903	49.269
Adições por novos contratos	-	-	-	-
Ajuste por remensuração	4.855	-	356	5.211
Juros Apropriados	4.482	-	113	4.595
Pagamentos	(7.122)	-	(285)	(7.407)
Saldo no final do exercício	50.581	-	1.087	51.668
Circulante				7.568
Não circulante				44.100

	2021			
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	43.727	4.696	520	48.943
Adições por novos contratos	4.155	-	925	5.080
Ajuste por remensuração	2.915	78	-	2.993
Juros Apropriados	4.118	48	39	4.205
Pagamentos	(6.549)	(4.822)	(581)	(11.952)
Saldo no final do exercício	48.366	-	903	49.269
Circulante				6.794
Não circulante				42.475

16.3. Garantias financeiras e provisão para garantias financeiras prestadas

Tipo de Garantia Financeira	Garantias Prestadas		Provisão	
	2022	2021	2022	2021
Outros Avals	73.961	90.992	1.806	910
Outras Fianças Bancárias	272.043	-	3.175	-
Total	346.004	90.992	4.981	910

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos para apuração da perda esperada de instrumentos financeiros, baseada no modelo de 3 estágios descrito na Nota Explicativa nº 32.1.5.

Movimentação da provisão para garantias prestadas

	2022	2021
Saldo no início do exercício	910	-
Constituição	4.071	910
Saldo no final do exercício	4.981	910

Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência. Até 31 de dezembro de 2021 esses valores estavam registrados na rubrica “Resultados de exercícios futuros” tendo seu saldo reclassificado em função da Resolução BCB n.º 92/2021 a partir de 1º de janeiro de 2022.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Os tributos são apurados com base na legislação tributária em vigor. O BNDES e suas controladas estão sujeitos às alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15 % + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ A Lei n.º 14.183/2021 converteu a Medida Provisória n.º 1.034/2021 no qual efetuou a majoração da alíquota da CSLL para 25% no período de 1º/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022, exceto o período compreendido entre 01/08/2022 e 31/12/2022, conforme Lei n.º 14.446/2022, cuja alíquota foi de 21%.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes pelo lucro real, e que seguem o método não cumulativo, a alíquota do PIS/PASEP é de 1,65%, e da COFINS é de 7,6%.

Detalhes sobre legislação e contabilização de tributos estão na Nota Explicativa n.º 32.14.

17.1. Demonstração da Despesa e Passivo de IR e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apurados conforme alíquotas nominais e os valores registrados estão evidenciados a seguir:

	2022	2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro	48.781.822	37.244.005
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45% ⁽¹⁾	(21.951.820)	(18.622.003)
Ajustes	12.934.722	8.933.720
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽²⁾	(584.982)	(247.866)
· Majoração da alíquota da CSLL	(8.125)	834.994
· Equivalência Patrimonial e dividendos recebidos de coligadas	6.494.851	3.807.569
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	3.606.024	2.156.944
· Juros sobre capital próprio	2.961.260	1.685.022
· Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	296.041	534.381
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	(72.969)	(20.804)
· Outras diferenças permanentes	242.622	183.480
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(9.017.098)	(9.688.283)
· Tributos Correntes	(3.699.298)	(6.762.658)
· Tributos Diferidos	(5.317.800)	(2.925.625)
Alíquota Efetiva	18,48%	26,01%

⁽¹⁾ A Lei n.º 14.183/2021 converteu a Medida Provisória n.º 1.034/2021 no qual efetuou a majoração da alíquota da CSLL para 25% no período de 1º/07/2021 a 31/12/2021, retornando a 20% a partir de 2022, exceto o período compreendido entre 01/08/2022 e 31/12/2022, conforme Lei n.º 14.446/2022, cuja alíquota foi de 21%.

⁽²⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

IRPJ e CSLL Devido

	2022	2021
Total dos tributos correntes reconhecidos no resultado	3.699.298	6.762.658
Total dos tributos correntes reconhecidos no Patrimônio líquido ⁽¹⁾	1.125.944	3.868.181
Ajustes de exercícios anteriores	(610)	17.232
Tributos correntes devidos no exercício	4.824.632	10.648.071
(-) Antecipações	(3.716.159)	(6.395.299)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	1.108.473	4.252.772

⁽¹⁾ Refere-se aos tributos sobre o ganho na alienação de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), reconhecidos diretamente em Lucros acumulados.

17.2. IR e CSLL Diferidos

a) Créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	2022	2021	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:			
Provisão para perdas de crédito	4.014.726	7.416.575	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.528.643	4.562.474	Alienação de títulos
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	-	982.971	Alienação de títulos
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	833.673	668.949	Decisão judicial definitiva
Participação dos empregados no lucro	112.776	112.966	Pagamento
Ágio amortizado	86.534	69.591	Alienação de títulos
Outros	417.159	351.668	
Subtotal	9.993.511	14.165.194	
Contrapartida no patrimônio líquido:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	784.139	(1.683.779)	Alienação de títulos
Perda atuarial – FAMS	25.018	23.202	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	809.157	(1.660.577)	
Total de Créditos tributários diferidos	10.802.668	12.504.617	

Passivo	2022	2021	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(3.886.963)	(318.417)	Alienação de títulos
Ganho por compra vantajosa	-	(51.813)	Alienação de títulos
Outros	(12.170)	15.727	
Subtotal	(3.899.133)	(354.503)	
Contrapartida no patrimônio líquido:			
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(6.594.911)	(11.588.416)	Alienação de títulos
Ganho atuarial – FAMS	(387.087)	(223.164)	
Subtotal	(6.981.998)	(11.811.580)	
Total de Débitos tributários diferidos	(10.881.131)	(12.166.083)	

b) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos, por natureza e origem

Ativo	2021	Constituição	Realização	2022
Contrapartida no resultado:				
Provisão para perdas de crédito	7.416.575	9.401.269	(10.242.258)	6.575.586
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.562.474	-	(33.831)	4.528.643
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	982.971	313.612	(1.296.583)	-
Provisão para ações trabalhistas, cíveis e fiscais	668.949	176.055	(11.331)	833.673
Participação dos empregados no lucro	112.966	112.776	(112.966)	112.776
Ágio amortizado	69.591	251.936	(234.993)	86.534
Outros	351.668	203.235	(137.744)	417.159
Subtotal	14.165.194	10.458.883	(12.069.706)	12.554.371
Contrapartida no patrimônio líquido:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(1.683.779)	281.752	(374.694)	(1.776.721)
Perda atuarial - FAMS	23.202	7.827	(6.011)	25.018
Subtotal	(1.660.577)	289.579	(380.705)	(1.751.703)
Total de Créditos tributários diferidos	12.504.617	10.748.462	(12.450.411)	10.802.668

Passivo	2021	Constituição	Realização	2022
Contrapartida no resultado:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(318.417)	(4.511.835)	943.289	(3.886.963)
Ganho por compra vantajosa	(51.813)	-	51.813	-
Outros	15.727	(31.919)	4.022	(12.170)
Subtotal	(354.503)	(4.543.754)	999.124	(3.899.133)
Contrapartida no patrimônio líquido:				
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(11.588.416)	-	4.993.505	(6.594.911)
Ganho atuarial – FAMS	(223.164)	(163.923)	-	(387.087)
Subtotal	(11.811.580)	(163.923)	4.993.505	(6.981.998)
Total de Débitos tributários diferidos	(12.166.083)	(4.707.677)	5.992.629	(10.881.131)

c) Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos

	2021	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2022
Créditos tributários diferidos	12.504.617	(1.610.823)	(91.126)	10.802.668
Débitos tributários diferidos	(12.166.083)	(3.544.630)	4.829.583	(10.881.130)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	338.534	(5.155.453)	4.738.457	(78.462)

	2020	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2021
Créditos tributários diferidos	17.377.621	(108.887)	(4.764.117)	12.504.617
Débitos tributários diferidos	(19.190.885)	(321.273)	7.346.075	(12.166.083)
Créditos (débitos) tributários diferidos líquidos	(1.813.264)	(430.160)	2.581.958	338.534

d) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

	2022				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2023	2.457.190	22,75%	(6.176.315)	56,76%	(3.719.125)
2024	2.102.992	19,47%	(3.275.215)	30,10%	(1.172.223)
2025	1.709.253	15,82%	(312.503)	2,87%	1.396.750
2026	783.543	7,25%	(42.884)	0,39%	740.659
2027	796.236	7,37%	(40.742)	0,37%	755.494
2028 a 2032	2.953.454	27,34%	(166.290)	1,53%	2.787.164
Após 2032 ⁽¹⁾	-	-	(867.182)	7,97%	(867.182)
Total	10.802.668	100,00%	(10.881.131)	100,00%	(78.463)

⁽¹⁾ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

	2021				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2022	4.882.559	39,05%	(5.556.528)	45,67%	(673.969)
2023	2.401.929	19,21%	(5.452.496)	44,82%	(3.050.567)
2024	683.033	5,46%	(290.327)	2,39%	392.706
2025	1.824.390	14,59%	48.819	-0,40%	1.873.209
2026	607.156	4,86%	5.921	-0,05%	613.077
2027 a 2031	2.327.485	18,61%	28.536	-0,23%	2.356.021
Após 2031 ⁽¹⁾	(221.935)	-1,77%	(950.008)	7,81%	(1.171.943)
Total	12.504.617	100,00%	(12.166.083)	100,00%	338.534

⁽¹⁾ Refere-se aos créditos tributários constituídos anteriormente à Resolução n.º 3.059/2002.

17.3. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar e antecipações são os seguintes:

	2022	2021
IRPJ/CSLL a compensar	610.491	24.904
Imposto de renda retido na fonte	354.027	325.704
Outros	5.095	5.974
Total	969.613	356.582
Circulante	969.613	356.582

18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis decorrentes do curso normal de suas atividades.

As informações sobre a regulamentação e a política do sistema BNDES para tratamento destes processos podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 32.12.

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

As provisões constituídas, segregadas por natureza, estão apresentadas no quadro abaixo:

	2022	2021
Trabalhistas	117.399	98.565
Cíveis	2.231.123	1.814.144
Fiscais	7.037	6.251
Total	2.355.559	1.918.960
Circulante	1.334	754.486
Não circulante	2.354.225	1.164.474

Cronograma esperado de realização destas provisões:

	2022		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	119	1.215	-
Entre 1 e 2 anos	56.902	826	-
Entre 2 e 3 anos	26.398	1.092.068	7.037
Entre 3 e 5 anos	32.576	1.130.225	-
Entre 5 e 10 anos	1.404	6.789	-
Após 10 anos	-	-	-
Total	117.399	2.231.123	7.037

a) Provisões trabalhistas

As provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 161 processos judiciais em andamento (136 em 31 de dezembro de 2021), referentes principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

Movimentação das provisões trabalhistas no exercício:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	98.565	84.251
Pagamentos	(9.717)	(1.737)
Constituições	41.482	17.803
Reversões	(12.931)	(1.752)
Saldo no final do exercício	117.399	98.565

Em 31 de dezembro de 2022, havia 12 processos judiciais em andamento, classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 7.962. Em 31 de dezembro de 2021, havia 20 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 9.420.

b) Provisões cíveis

As provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 36 processos (36 em 31 de dezembro de 2021), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais, sendo o principal pleito uma ação ajuizada em 1995, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Movimentação das provisões cíveis no exercício:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.814.144	1.677.396
Pagamentos	(154)	(42)
Constituições	420.576	145.954
Reversões	(3.443)	(9.164)
Saldo no final do exercício	2.231.123	1.814.144

Em 31 de dezembro de 2022, havia 47 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 64.522. Em 31 de dezembro de 2021, havia 38 processos judiciais em andamento classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 373.003.

c) Provisões fiscais

As provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 1 processo, referente a compensação de créditos fiscais.

Movimentação das provisões fiscais no exercício:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	6.251	-
Constituições	786	6.251
Saldo no final do exercício	7.037	6.251

Em 31 de dezembro de 2022, havia 12 processos judiciais classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.536.811. Em 31 de dezembro de 2021, havia 13 processos judiciais classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.239.292.

19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB e Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontrados na Nota Explicativa n.º 32.13.

19.1. Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais referentes aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	2022	2021
Passivo atuarial – PBB	1.568.279	1.920.688
Passivo atuarial – PAS	3.333.987	3.634.405
	4.902.266	5.555.093
Circulante		
Passivo atuarial – PBB	459.631	363.885
Passivo atuarial – PAS	88.234	72.407
	547.865	436.292
Não circulante		
Passivo atuarial – PBB	1.108.648	1.556.803
Passivo atuarial – PAS	3.245.753	3.561.998
	4.354.401	5.118.801

19.1.1. Planos de aposentadoria complementar

19.1.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 30 de novembro de 2022 e atualizada até 31 de dezembro de 2022:

	2022	2021
Valor presente da obrigação atuarial	17.396.157	18.623.309
Valor justo dos ativos do plano	(14.259.601)	(14.781.934)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	3.136.556	3.841.375
Efeito do compartilhamento de risco	(1.568.277)	(1.920.687)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.568.279	1.920.688

A partir de 31 de dezembro de 2020 o passivo atuarial do PBB, ou de valor presente da obrigação de Benefício Definido (BD), passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberto pelo valor justo dos ativos do plano, dada a adoção do compartilhamento de risco com participantes e assistidos, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES.

O referido estudo apresentou novas informações e agregou mais experiência sobre o tema. Ficou evidenciado o amadurecimento do processo, especialmente sobre o ponto de vista da segurança jurídica e o alinhamento à aplicação da prática mais recente, onde a paridade contributiva foi estritamente observada nos casos dos últimos equacionamentos de déficits, por meio de contribuições extraordinárias paritárias do patrocinador e dos patrocinados, e recentes teses jurídicas que afastam o risco de decisões judiciais afetarem o equilíbrio dos planos de previdência complementar ou obrigarem aos patrocinadores do Sistema BNDES arcarem com o ônus de custeio extraordinário unilateralmente, sendo remota a assunção pelos mesmos de ônus superior à paridade contributiva definida na Lei Complementar 108/2001.

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	2022	2021
Valor presente no início do exercício	18.623.309	21.771.479
Custo do serviço corrente	273.616	438.392
Custo de juros	1.583.223	1.419.510
Contribuição dos participantes do plano	119.567	104.658
Benefícios pagos	(850.622)	(834.615)
Perdas (ganhos) atuariais	(1.865.320)	(4.276.115)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	(26.699)	(372.967)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(2.283.897)	(5.049.816)
Mudança de premissas (reajuste salarial)	1.288.627	-
Ajuste de experiência	(843.351)	1.146.668
Impacto da mudança de estimativa ⁽¹⁾	(487.616)	-
Valor presente no final do exercício	17.396.157	18.623.309

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da patrocinadora FAPES.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.2.

As mudanças no valor justo dos ativos do PBB são as seguintes:

	2022	2021
Valor justo no início do exercício	14.781.934	14.812.141
Receita de juros	1.378.711	1.123.941
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(841.181)	(630.063)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	227.935	205.872
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	119.567	104.658
Benefícios pagos	(850.622)	(834.615)
Benefícios brutos	(967.273)	(942.923)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	116.651	108.308
Impacto da mudança de estimativa ⁽³⁾	(556.743)	-
Valor justo no final do exercício	14.259.601	14.781.934

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos, assistidos e contrato de dívida (por ora, suspensas).

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 236.218.

⁽³⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da patrocinadora FAPES.

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 235.913.

A duração média da obrigação atuarial é de 15,25 anos em 31 de dezembro de 2022 (16,81 anos em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2022 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PBB	1.159.054	1.169.204	1.190.993	2.413.463	6.242.281	59.435.678	71.610.673

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PBB	1.123.015	1.122.621	1.131.156	2.308.592	5.952.718	57.060.322	68.698.424

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são assim demonstrados:

	2022	2021
Custo do serviço corrente	(273.616)	(438.392)
Custo dos juros da obrigação	(1.583.223)	(1.419.510)
Receita de juros dos ativos	1.378.711	1.123.941
Subtotal	(478.128)	(733.961)
Contribuições recebidas do empregador	227.935	205.872
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	(54.420)	-
Total	(304.613)	(528.089)

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da patrocinadora FAPES.

Os valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Patrimônio Líquido - Outros Resultados Abrangentes	2022	2021
Saldo no início do exercício	2.922.428	835.374
Ganhos (Perdas) atuariais	1.865.320	4.276.115
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(841.181)	(630.063)
Saldo no final do exercício	3.946.567	4.481.426
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(386.973)	(1.558.998)
Outros (mudança de estimativa) ⁽²⁾	19.856	-
Saldo no final do exercício (com compartilhamento de risco)	3.579.450	2.922.428

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

⁽²⁾ Refere-se a exclusão dos participantes da patrocinadora FAPES.

Os ativos do PBB, segregados por nível de mensuração, são os seguintes:

Ativos por categoria	2022				2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	64.178	12.287.202	451.484	12.802.864	58.678	12.951.609	538.578	13.548.865
Ações	-	514.836	-	514.836	-	404.435	-	404.435
Renda fixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Multimercado	-	11.772.366	-	11.772.366	-	12.547.174	-	12.547.174
Participações	-	-	451.484	451.484	-	-	538.578	538.578
Fundos imobiliários	64.178	-	-	64.178	58.678	-	-	58.678
Recursos a Receber - Precatórios - OFND ⁽¹⁾	-	-	275.810	275.810	-	-	-	-
Imóveis ⁽²⁾	-	-	806.242	806.242	-	-	898.787	898.787
Locados a terceiros	-	-	763.626	763.626	-	-	829.356	829.356
Locados aos patrocinadores	-	-	42.616	42.616	-	-	69.431	69.431
Empréstimos e financiamentos	-	-	463.480	463.480	-	-	468.855	468.855
Subtotal	64.178	12.287.202	1.997.016	14.348.396	58.678	12.951.609	1.906.220	14.916.507
Outros ativos não avaliados a valor justo ⁽³⁾	-	-	-	89.827	-	-	-	93.605
Outras deduções ⁽⁴⁾	-	-	-	(280.359)	-	-	-	(286.481)
Total em 31/05/2022 e 30/11/2021				14.157.864				14.723.631
Atualização de data-base ⁽⁵⁾	-	-	-	101.737	-	-	-	58.303
Total				14.259.601				14.781.934

⁽¹⁾ Recursos a receber oriundos de acordo com a União, encerrando ação judicial coletiva movida pela Abrapp com início em 1991, reconhecendo o direito das entidades fechadas de previdência complementar em receber a correção monetária das aplicações em Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) realizadas nos anos 80. Em novembro de 2021, a Abrapp e a União acordaram o pagamento em forma de precatórios a 88 entidades (incluindo a FAPES). Em março de 2022, foi celebrado o acordo. Em novembro de 2022, foi concluída avaliação para escrituração no balanço, tendo a FAPES registrado R\$ 286,5 milhões no PBB.

⁽²⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 7.117 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 17.128 em 31 de dezembro de 2021).

⁽³⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis

⁽⁴⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos

⁽⁵⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2022 para 31/12/2022. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2022

Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação de benefício definido teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2022, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(1.818.644)	-10,45%
Redução de 1% a.a.	2.234.122	12,84%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	323.847	1,86%
Redução de 1 ano na idade	(333.597)	-1,92%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	587.085	3,37%
Redução de 1% a.a.	(516.455)	-2,97%

Contas a Pagar FAPES

O passivo adicional refere-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização, através de pagamentos mensais, totalizando treze parcelas a cada ano, calculadas pelo Sistema *Price* e com incidência de juros anuais correspondentes à taxa atuarial de 6% a.a. mais a taxa de custeio administrativo e atualização monetária, que ocorre nas mesmas épocas e proporções em que é concedido o reajuste ou modificação geral dos salários dos empregados dos patrocinadores. Portanto, a dívida contratada é reconhecida como um passivo adicional na apuração do passivo líquido.

O saldo dessas dívidas está assim representado:

	2022	2021
Contratos de 2002 ⁽¹⁾	1.393.520	1.235.001
Contratos de 2004 ⁽²⁾	100.750	90.266
Total	1.494.270	1.325.267

⁽¹⁾ Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei n.º 10.556, de 13 de novembro de 2002, que resultou em um acréscimo de 16,67% nos salários de participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura parcial do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

⁽²⁾ Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (em atendimento à recomendação do BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, através de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004.

Por decisão cautelar do TCU - Tribunal de Contas da União (TC-029.845/2016-5), de 18/07/2017, encontram-se suspensos os pagamentos correspondentes aos CCD de 2002 e 2004. A FAPES impetrou mandado de segurança, no Supremo Tribunal, contra a decisão do relator do TCU, no âmbito do processo TC-029.845/2016-5 (tendo sido o mandado denegado em decisão monocrática, ainda não transitada em julgado), e também iniciou cobrança judicial dos pagamentos suspensos. Em 01/06/2022, em atendimento à determinação do Ministro Relator, a SecexFinanças expediu instrução com avaliação acerca do impacto efetivo de eventual ressarcimento no déficit técnico do PBB. Atualmente, o processo está sob avaliação do Ministério Público junto ao TCU para emissão de parecer.

Considerações adicionais

(a) Ação de cobrança da FAPES para custeio de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009

A FAPES pleiteou junto aos Patrocinadores do PBB (empresas do Sistema BNDES) o reconhecimento de valores adicionais aos contratos existentes, em função de interpretação/reavaliação de cláusulas estabelecidas nestes contratos, e de eventos ocorridos no período de 1988 a 2009 que, em sua avaliação, requerem a recomposição histórica do custeio do plano.

Em 30 de dezembro de 2014, a Administração do BNDES se manifestou em relação ao pleito, condicionando o reconhecimento do montante adicional da dívida à avaliação e aprovação da SEST, o que não veio a se confirmar. Em 26 de julho de 2016, a SEST manifestou-se contrariamente ao pagamento dos valores pleiteados pela FAPES.

Em julho de 2016, a FAPES ingressou na Justiça Federal do Rio de Janeiro com uma ação de cobrança. Em 24 de novembro de 2016, a Diretoria da FAPES informou aos participantes e beneficiários assistidos que, a pedido dos Patrocinadores, o processo foi suspenso por 6 (seis) meses pelo Juízo da 29ª Vara Federal, para se discutir, de forma mais ampla, as diferentes questões que desafiam a sustentabilidade do PBB, administrado pela FAPES. Em maio de 2017, o prazo da suspensão foi renovado por mais um período de 6 (seis) meses. Em 31 de janeiro de 2018, após decorrido o novo prazo de suspensão, o Sistema BNDES apresentou contestação. Em 03 de maio de 2018, em provas, o BNDES requereu perícia atuarial e a FAPES requereu perícia econômico-financeira para comprovar os impactos causados no PBB, decorrentes dos atos dos réus. Na sequência, a Juíza se declarou impedida, o processo foi à livre distribuição, a Juíza da 23ª Vara entendeu que o processo também não era de sua competência e, em 14 de agosto de 2018, foi suspenso até julgamento do conflito negativo de competência pelo TRF2. Julgado o conflito de competência e encaminhados os autos à 29ª Vara Federal do Rio de Janeiro. O BNDES concordou com ingresso da União no processo. Em 27 de agosto de 2020, a juíza titular da 29ª Vara Federal se declarou novamente impedida para processar e julgar o processo. A FAPES recorreu afirmando que já havia decisão sobre a questão do impedimento. Foi provido, por unanimidade, o recurso, devendo o feito ser remetido para a 30ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Despacho proferido em 09 de dezembro de 2021, determinando que a União Federal se manifeste sobre provas no processo. Manifestação da União concordando com a defesa dos Réus. Em 20/05/2022, foi proferida decisão deferindo prova pericial e nomeando perito.

O BNDES classificou o risco de perda na Justiça Federal do Rio de Janeiro como remota, e, por esta razão, o valor em litígio não foi provisionado.

(b) Plano de ação para devolução dos valores aportados na FAPES em 2009 e 2010

O Tribunal de Contas da União, no processo TC-029.058/2014-7, determinou ao BNDES, no Acórdão 2.766/2015-Plenário, de 28/10/2015, que, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentasse plano de ação com medidas para obter o ressarcimento, em valores atualizados, das importâncias repassadas à FAPES quando dos aportes unilaterais e sem a contribuição paritária dos beneficiários de R\$ 395.262 em junho de 2009, R\$ 11.479 em julho de 2010 e R\$ 40.924 em agosto de 2010, julgados indevidos em afronta ao § 3º do art. 202 da Constituição Federal e aos §§ 1º e 3º do art. 6º da Lei Complementar 108/2001, devendo o prazo de ressarcimento não ultrapassar o limite de 36 (trinta e seis) meses. Apreciados os pedidos de reconsideração e embargos de declaração, a decisão foi, ao final, mantida pelo TCU. Em 07/06/2018, depois de obter regular prorrogação daquele prazo, o BNDES apresentou a última versão de seu plano de ação à deliberação do TCU, homologada somente em fevereiro de 2019. Com vistas a cumprir a decisão do TCU, o BNDES, na qualidade de controlador, expediu Carta datada de 08/04/2019, comunicando a decisão do TCU.

Em 2019, a FAPES ingressou com ação, pelo rito comum, em face da União e do BNDES, com o objetivo de anular a decisão do TCU que havia determinado a devolução dos aportes unilaterais realizados no PBB em 2009 e 2010. O BNDES apresentou contestação e apresentou reconvenção com a finalidade de cobrar os referidos valores. Em 22 de agosto de 2019 ocorreu audiência de conciliação sem acordo entre as partes, sendo determinado o prosseguimento da ação. Ato contínuo, a FAPES apresentou defesa contra os pedidos de restituição dos aportes. Em 03 de março de 2021, foi proferido despacho em que o magistrado indeferiu a prova pericial na especialidade econômico-financeira requerida pela FAPES, sob o argumento de que a matéria

tratada nos autos é apenas de direito, e abriu prazo para a União apresentar Réplica. O processo está concluso com o juiz desde o dia 05 de outubro de 2021 para julgamento.

Não obstante o movimento de cobrança efetuado, tais devoluções estão sendo tratadas como ativo contingente, e sendo assim, não contabilizado.

19.1.1.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 08/12/2022 e aberto para adesões, a partir de 19/12/2022. Entre essa data e 31 de dezembro de 2022 houve 32 adesões. O plano foi estruturado na modalidade de contribuição definida (CD), em todas as suas fases e benefícios, com a obrigação do Patrocinador limitada à paridade com as contribuições básicas de no mínimo 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes ativos.

Os benefícios de aposentadoria programada do PBCD serão pagos na forma de renda mensal, calculada com base no saldo da conta individual de cada participante. No momento da concessão da aposentadoria, o participante poderá optar por sacar à vista até 25% de seu saldo de conta. O valor remanescente será transformado em renda pelas regras do plano, dentre as 3 (três) opções a seguir: 1) percentual do saldo remanescente, entre 0,25% a 2% do saldo de conta, variando em intervalos de 0,25%, pagos mensalmente; 2) prazo determinado, entre 5 e 30 anos, variando em intervalos de 1 ano, para pagamentos mensais; ou 3) equivalência atuarial, renda mensal recalculada atuarial e anualmente a partir da data da concessão, enquanto houver saldo de conta - ou seja, até atingir o limite do valor mínimo de benefício, a ser pago em parcela única, e confirmar o esgotamento da conta individual e da condição de beneficiário. Portanto, não há risco atuarial nem de investimento recaindo aos Patrocinadores e não gera obrigação pós-emprego.

19.1.2. Plano de Assistência e Saúde - PAS

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial como obrigações de benefício pós-emprego são os seguintes:

	2022	2021
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.333.987	3.634.405
Passivo líquido	3.333.987	3.634.405

A movimentação no saldo da obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	3.634.405	4.809.207
Custo do serviço corrente	132.933	217.993
Custo de juros da obrigação	346.598	389.500
Perdas (Ganhos) atuariais	(418.504)	(1.671.492)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(649.788)	(1.524.839)
Ajuste de experiência	231.284	(146.653)
Benefícios pagos	(112.341)	(110.803)
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	(249.104)	-
Saldo no final do exercício	3.333.987	3.634.405

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão de participantes da patrocinadora FAPES.

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.2.

Impacto no resultado e Patrimônio Líquido

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2022	2021
Custo do serviço corrente	(132.933)	(217.993)
Custo dos juros da obrigação	(346.598)	(389.500)
Subtotal	(479.531)	(607.493)
Benefícios pagos	112.341	110.803
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	294.833	-
Total	(72.357)	(496.690)

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão de participantes da patrocinadora FAPES.

Os valores brutos reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes são assim demonstrados:

Outros resultados abrangentes – PL	2022	2021
Saldo do início do exercício	352.453	(1.319.039)
Ganhos (Perdas) atuariais	418.504	1.671.492
Outros (mudança de estimativa) ⁽¹⁾	(45.730)	-
Saldo no final do exercício	725.227	352.453

⁽¹⁾ Refere-se a exclusão de participantes da patrocinadora FAPES.

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 115.401.

A duração média da obrigação atuarial é de 22,04 anos em 31 de dezembro de 2022 (24,72 anos em 31 de dezembro de 2021).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2022 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PAS	115.401	122.592	130.363	282.526	852.670	23.131.991	24.635.543

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar na data-base de 31 de dezembro de 2021 para os próximos anos:

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total
Plano PAS	104.184	109.370	114.629	248.357	749.428	22.178.492	23.504.460

Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta como a obrigação teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2022, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(487.521)	(14,62%)
Redução de 1% a.a.	635.209	19,05%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	115.718	3,47%
Redução de 1 ano na idade	(115.434)	(3,46%)
Taxa de variação dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	(496.807)	19,11%
Redução de 1% a.a.	636.992	(14,90%)

19.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2022	2021
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	2,61% a.a.	2,66% a.a.
Grupo Apoio	2,57% a.a.	2,59% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,20% a.a.	6,25% a.a.
Grupo Apoio	6,16% a.a.	6,18% a.a.
Taxa de desconto nominal	9,98% a.a.	8,92% a.a.
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	9,98% a.a.	8,92% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	5,00% a.a.	5,00% a.a.

A taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 6,26% a.a., correspondente à taxa indicativa da NTN-B, negociada em 21/12/2022 pelo Tesouro Direto, com vencimento em 15/05/2035, o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo título registrou taxa de 6,05% a.a. em 29/12/2022, representando redução de 0,21 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

19.1.4. Processos Judiciais e Contingências

		2022		2021	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	19.934	67	20.030	81
	Quantidade	19	7	22	7
Classificação: Possível	Valor	27.043	293	79.508	260
	Quantidade	62	10	59	9

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 19.934 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 67 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Conforme IAS 37, para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 27.043 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 293 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

19.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	2022	2021
Vale transporte	40	-
Vale-refeição	66.589	60.931
Assistência Educacional	31.866	27.882
Total	98.495	88.813

20. OUTROS PASSIVOS

	2022	2021
Provisão de desembolso - Fundo Social	380.815	154.485
Provisão de desembolso - FUNTEC	188.323	294.019
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	7.120	9.570
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 23.7)	274.874	251.427
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.7)	4.556	4.333
Obrigações trabalhistas (pessoal)	422.363	370.934
Outras	207.983	95.959
Total	1.486.034	1.180.727
Circulante	1.483.124	1.178.676
Não circulante	2.910	2.051

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 100.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

Em 2021 houve um aumento no capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, oriunda da destinação do resultado de 2020, no montante de R\$ 7.858.968, sem emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 26 de abril de 2021 e autorizado pelo BACEN em julho de 2021, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003. Dessa forma o capital passou a ser de R\$ 61.842.148.

Está em curso um aumento no capital, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 12.946.254, sem emissão de novas ações, o qual foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) ocorrida em 29 de abril de 2022. Uma vez que o pleito para o aumento de capital seja autorizado pelo BACEN, nos termos da Circular BACEN n.º 3.180/2003, o capital passará a ser de R\$ 74.788.402.

21.2. Instrumentos elegíveis ao capital principal

Em 31 de dezembro de 2022 dos quatro contratos de dívida celebrados com a União que compõem o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021, três deles haviam sido liquidados em sua totalidade e um permanecia inalterado:

Em vigor:

- (i) Contratos n.º 963/PGFN/CAF - Instrumento de novação e confissão de dívida celebrado em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 8.731.760.

Liquidados:

- (ii) Contrato n.º 867/PGFN/CAF - Contrato de financiamento celebrado em junho de 2013 entre o BNDES e a União, para concessão de crédito ao BNDES no valor de R\$ 15.000.000, mediante a emissão de títulos da dívida pública federal interna. Em 1º de julho de 2021, o BNDES efetuou a liquidação parcial desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional no montante de R\$ 13.500.000. Em 7 de junho de 2022, o BNDES efetuou a liquidação total do saldo remanescente desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional, no montante de R\$ 1.500.000.
- (iii) Contrato n.º 964/PGFN/CAF - Instrumentos de novação e confissão de dívida celebrados em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 6.807.216. Em 7 de junho de 2022, o BNDES efetuou a liquidação total desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional, no montante de R\$ 6.807.216.
- (iv) Contrato n.º 1018/PGFN/CAF - Instrumento de desmembramento de dívida celebrado em dezembro de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 5.000.000. Em 7 de junho de 2022, o BNDES efetuou a liquidação total desse contrato de dívida junto ao Tesouro Nacional, no montante de R\$ 5.000.000.

Esses contratos não possuem vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do BACEN.

Composição e movimentação dos instrumentos:

Remuneração	N.º do contrato (STN)	Patrimônio líquido			Passivo			
		2021	Amortização	2022	2021	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	2022
Em vigor								
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	8.731.760	-	8.731.760	419.124	647.583	(448.251)	618.456
Liquidados								
Variável, limitada à TJLP	867/PGFN/CAF	1.500.000	(1.500.000)	-	72.000	1.159	(77.004)	(3.845)
Variável, limitada à TJLP	964/PGFN/CAF	6.807.216	(6.807.216)	-	326.747	5.262	(349.453)	(17.444)
Variável, limitada à TJLP	1018/PGFN/CAF	5.000.000	(5.000.000)	-	240.000	3.865	(256.678)	(12.813)
Total		22.038.976	(13.307.216)	8.731.760	1.057.871	657.869	(1.131.386)	584.354
Circulante					1.057.871			584.354
Não circulante					-			-

21.3. Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal	9.524.841	7.437.688
Reserva para futuro aumento de capital	15.862.358	12.946.254
Reservas de equalização de dividendos	20.431.124	24.160.463
Incentivos fiscais	201.355	201.355
Total	46.019.678	44.745.760

21.4. Outros resultados abrangentes

A composição do saldo de outros resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários, é apresentado a seguir:

	2022	2021
Ativos próprios		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ao VJORA	15.748.779	24.738.545
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	3.942.609	3.074.918
Subtotal	19.691.388	27.813.463
Ativos de coligadas e ativos mantidos para venda		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	(201.588)	83.252
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	533.479	2.453.665
Subtotal	331.891	2.536.917
Total	20.023.279	30.350.380

21.5. Destinação do resultado e distribuição dos lucros

Destinação do resultado

	2022	2021
Resultado do exercício ⁽¹⁾	41.743.049	34.069.089
Valores destinados	41.743.049	34.069.089
Destinação do resultado		
Reserva legal - 5% ⁽²⁾	2.087.153	1.703.454
Remuneração ao acionista	9.913.974	8.687.076
. Remuneração ao acionista mínima obrigatória - 25% ⁽³⁾	9.913.974	8.091.409
. Remuneração ao acionista complementar ⁽³⁾	-	595.667
Reserva para futuro aumento de capital	15.862.358	12.946.254
Reserva para equalização de dividendos	13.879.564	10.732.305

⁽¹⁾ Resultado do exercício apurado com base nas normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras, vide Nota Explicativa nº 32.15.

⁽²⁾ Limitado a 20% do capital social, ou, a critério do BNDES, deixar de constituir quando o saldo desta reserva somado às reservas de capital atingir 30% do capital social.

⁽³⁾ As remunerações referentes ao exercício de 2021 foram pagas durante o próprio exercício.

Pagamento de dividendos

Durante os exercícios de 2022 e 2021 o BNDES efetuou o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos, conforme descrito a seguir:

2022			
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾
Dividendos complementares	2020	3.805.877	4.187.760
Dividendos complementares na forma de juros sobre capital próprio (JCP)	2020	3.070.720	3.378.837
Dividendos complementares	2021	10.732.306	11.312.008
Total		17.608.903	18.878.605

2021			
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾
Dividendos mínimos obrigatórios na forma de juros sobre capital próprio	2020	3.186.745	3.210.973
Dividendos mínimos obrigatórios	2020	1.725.110	1.738.225
Dividendos mínimos obrigatórios intermediários na forma de juros sobre capital próprio	1º semestre/2021	3.621.404	3.590.069
Dividendos complementares intermediários na forma de juros sobre capital próprio	1º semestre/2021	310.501	307.814
Dividendos complementares intermediários	1º semestre/2021	4.755.171	4.718.283
Total		13.598.931	13.565.364

⁽¹⁾ Inclui atualização pela taxa SELIC da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O quadro a seguir apresenta a abertura do efeito das operações de crédito sobre o resultado, além de incluir os demais fatores que compõem o resultado da intermediação financeira, principal objeto de negócio do BNDES.

	2022						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	42.955.690	(2.659.539)	-	-	-	192.140	40.488.291
Operações de crédito	25.823.243	(2.486.066)	-	-	-	192.140	23.529.317
Repasses Interfinanceiros	12.331.870	(164.892)	-	-	-	-	12.166.978
Venda a prazo de TVM	66.759	(8.581)	-	-	-	-	58.178
Direitos recebíveis	777.875	-	-	-	-	-	777.875
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	3.955.943	-	-	-	-	-	3.955.943
Resultado com títulos e valores mobiliários	18.942.636	(379.989)	4.036.918	(866.006)	-	(1.001.319)	20.732.240
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	7.895.203	-	-	-	-	(1.001.319)	6.893.884
Títulos federais	9.817.836	-	886.159	(867.122)	-	-	9.836.873
Debêntures	916.644	-	2.608.889	395	-	-	3.525.928
Títulos de renda fixa no exterior	312.953	(379.989)	541.870	721	-	-	475.555
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	1.073.107	1.073.107
Total	61.898.326	(3.039.528)	4.036.918	(866.006)	-	263.928	62.293.638
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(40.289.105)	4.667.807	-	-	-	-	(35.621.298)
Depósitos interfinanceiros	(52.058)	-	-	-	-	-	(52.058)
Depósitos especiais	(527.138)	-	-	-	-	-	(527.138)
Operações compromissadas	(4.778.147)	-	-	-	-	-	(4.778.147)
Obrigações por emissão de debêntures e LF	(173.920)	-	-	-	-	-	(173.920)
Obrigações por empréstimos e repasses	(7.145.193)	2.711.813	-	-	-	-	(4.433.380)
Dívida subordinada	(27.302.725)	1.955.994	-	-	-	-	(25.346.731)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(309.924)	-	-	-	-	-	(309.924)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	-	(853.132)	-	-	-	(853.132)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(1.850.495)	-	(1.850.495)
Resultado da carteira de câmbio	-	(74.260)	-	-	-	-	(74.260)
Total	(40.289.105)	4.593.547	(853.132)	-	(1.850.495)	-	(38.399.185)
Resultado bruto da intermediação financeira	21.609.221	1.554.019	3.183.786	(866.006)	(1.850.495)	263.928	23.894.453

	2021						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	38.256.024	3.032.541	-	-	-	309.727	41.598.292
Operações de crédito	23.332.506	2.824.818	-	-	-	309.727	26.467.051
Repasses Interfinanceiros	10.057.247	198.518	-	-	-	-	10.255.765
Venda a prazo de TVM	56.751	9.205	-	-	-	-	65.956
Direitos recebíveis	49.837	-	-	-	-	-	49.837
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	4.759.683	-	-	-	-	-	4.759.683
Resultado com títulos e valores mobiliários	10.371.184	122.936	(2.046.687)	14.415	-	-	8.461.848
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	3.628.607	-	-	-	-	-	3.628.607
Títulos federais	5.151.294	-	(1.533.249)	(480.015)	-	-	3.138.030
Debêntures	1.342.995	-	(510.241)	494.430	-	-	1.327.184
Fundos mútuos de investimento	-	-	(3.197)	-	-	-	(3.197)
Títulos de renda fixa no exterior	248.288	122.936	-	-	-	-	371.224
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	1.068.846	1.068.846
Total	48.627.208	3.155.477	(2.046.687)	14.415	-	1.378.573	51.128.986
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(32.570.931)	(5.191.232)	-	-	-	-	(37.762.163)
Depósitos interfinanceiros	(3.504)	-	-	-	-	-	(3.504)
Depósitos especiais	(557.891)	-	-	-	-	-	(557.891)
Operações compromissadas	(1.465.565)	-	-	-	-	-	(1.465.565)
Obrigações por emissão de debêntures e letras financeiras	(117.053)	-	-	-	-	-	(117.053)
Obrigações por empréstimos e repasses	(6.399.436)	(3.042.202)	-	-	-	-	(9.441.638)
Dívida subordinada	(24.008.370)	(2.149.030)	-	-	-	-	(26.157.400)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(19.112)	-	-	-	-	-	(19.112)
Resultado de derivativos - renda fixa	-	-	4.301.648	-	-	-	4.301.648
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	10.472.128	-	10.472.128
Resultado da carteira de câmbio	-	66.732	-	-	-	-	66.732
Total	(32.570.931)	(5.124.500)	4.301.648	-	10.472.128	-	(22.921.655)
Resultado bruto da intermediação financeira	16.056.277	(1.969.023)	2.254.961	14.415	10.472.128	1.378.573	28.207.331

23. PARTES RELACIONADAS

O BNDES e suas subsidiárias têm relacionamento e realizam transações com entidades consideradas partes relacionadas, conforme definições contidas na IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

23.1. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	2022	2021
Ativo		
Títulos públicos federais (Nota 7.1)	71.194.757	87.646.614
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota 23.1.1)	802.422	2.033.029
Passivo		
Obrigações por repasses no país (Nota 11.1. c)	38.372.505	101.318.093
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota 21.2)	584.354	1.057.871
Outras obrigações com o Tesouro Nacional	91.192	3.880
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	9.913.974	-
Patrimônio líquido		
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota 21.2)	8.731.760	22.038.976

	2022	2021
Resultado		
Resultado com títulos públicos federais	9.836.873	3.138.030
Receitas com outros créditos – equalização	3.955.943	4.759.683
Despesas com operações de repasses	(5.399.370)	(5.631.211)
Despesas com outras obrigações – equalização	(309.924)	(19.112)

23.1.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	2022	2021
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	733.587	1.970.975
Outros créditos	68.835	62.054
Total	802.422	2.033.029

Os créditos perante o Tesouro Nacional são em sua maioria valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf, Revitaliza e Programas Agropecuários). A apuração se dá pela diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP/TMS acrescido da remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final.

A composição dos saldos é a seguinte:

	2022	2021
Valores Apurados em:		
2022	728.665	-
Anos anteriores	4.354	1.967.399
Valores retidos pelo Tesouro Nacional	568	3.576
Total	733.587	1.970.975

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	2022	2021
Saldo no início do exercício	1.970.975	1.277.045
. Valores apurados nos exercícios	3.941.299	4.747.879
. Atualização Monetária	435	1.667
. Recebimentos	(5.179.879)	(4.055.465)
. Outras	757	(151)
Saldo no final do exercício	733.587	1.970.975

Abertura dos valores apurados nos exercícios de 2022 e 2021, segregados por ações orçamentárias:

	2022	2021
Investimento	2.196.045	2.922.739
Pronaf	1.084.401	1.162.173
PSI	576.522	625.315
Custeio	80.512	36.618
Cerealistas	3.818	990
Revitaliza	1	44
Total	3.941.299	4.747.879

23.1.2. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

23.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Eletrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2022	2021
Ativo	46.254.884	59.333.538
Operações de créditos e repasses interfinanceiros	45.151.141	54.199.593
Provisão para perdas de crédito	(75.943)	(116.486)
Direitos a receber – Eletrobras	776.473	5.045.893
Outros	403.213	204.538
Passivo	409.036.484	384.932.221
Empréstimos e repasses no país	25.497.243	27.496.508
Fundos financeiros e de desenvolvimento	9.681.705	8.867.488
FAT Constitucional - dívidas subordinadas	366.859.581	340.713.933
FAT Depósito especial	5.563.560	6.641.264
Emissão de debêntures	749.340	1.104.756
Outros	685.055	108.272

23.3. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece Apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos

de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foram de R\$ 150.485 e a receita com os serviços foram de R\$ 184.815.

23.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 19:

	2022	2021
Passivo		
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar (PBB)	1.568.279	1.920.688
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde (PAS)	3.333.987	3.634.405
Patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial - PBB	3.431.718	2.912.984
Ajuste de avaliação patrimonial - PAS	860.195	495.921
	2022	2021
Despesas		
PBB	(304.613)	(528.089)
PAS	(72.357)	(496.690)

23.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2022	2021
Ativo		
Direitos e recebíveis	185.405	187.110
Provisão para perdas de crédito	(149.766)	(176.784)

23.6. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Conselho de Administração e Fiscal unificado para o BNDES, FINAME e BNDESPAR.

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da Administração do Sistema BNDES (membros da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração, do Comitê de Auditoria, do Comitê de Riscos e dos Conselhos Fiscais):

	2022	2021
Benefícios de curto prazo:		
Honorários, benefícios e encargos	17.377	17.348
RVA (Parcela à vista)	1.089	952
Benefícios pós emprego:		
Remuneração compensatória - quarentena	445	445
Benefícios de Longo Prazo:		
RVA (Parcelas diferidas)	988	1.148
Benefícios de Rescisão de Contrato de Trabalho:		
Férias proporcionais e indenizadas	452	23

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos ao pessoal-chave da Administração. Essa prática é proibida a todas as instituições financeiras sob a supervisão do BACEN.

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas ao pessoal-chave da administração e aos empregados no exercício:

	2022		2021	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Maior Salário	80,84	92,03	80,84	85,21
Menor Salário	8,10	4,66	8,10	4,20
Salário Médio	35,30	37,22	34,97	33,25

23.7. Participação nos lucros

Movimentação dos saldos provisionados para participação nos lucros e resultados:

	2022		2021	
	Administração	Empregados	Administração	Empregados
Saldo no início do exercício	4.333	251.427	4.210	247.735
Ajustes (valor prov. / exerc. anteriores)	27	10.522	(157)	(21.624)
Pagamentos realizados	(2.077)	(261.949)	(2.100)	(226.111)
Ajuste provisão RVAs – diferidas ⁽¹⁾	297	-	237	-
Provisão do exercício	1.976	274.874	2.143	251.427
Saldo no final do exercício	4.556	274.874	4.333	251.427

⁽¹⁾ O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da Remuneração Variável Anual (RVA) dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	2022	2021
2022	-	2.282
2023	2.326	976
2024	1.155	718
2025	745	357
2026	330	-
Total	4.556	4.333

Estão destacadas, abaixo, as informações relativas às maiores e menores participações nos lucros e resultados pagas a empregados e membros da Diretoria - RVA do Sistema BNDES no exercício:

	2022		2021	
	Dirigentes ⁽¹⁾	Empregados	Dirigentes ⁽¹⁾	Empregados
Maior Participação nos Lucros	181,53	257,34	133,10	229,75
Menor Participação nos Lucros	0,26	2,28	0,23	3,48
Participação nos Lucros Média	71,64	106,66	65,64	87,47

⁽¹⁾ Não contempla valores e provisões de parcelas diferidas de RVA.

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme metodologia descrita na Nota Explicativa n.º 32.4, apresentamos a seguir as informações por segmento de negócios do Sistema BNDES.

	2022				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	44.038.882	-	-	-	44.038.882
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	3.820.518	-	19.370.552	-	23.191.070
Despesas de Captação	(34.933.341)	(8.828.232)	2.823.676	-	(40.937.897)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(1.119.622)	-	(1.119.622)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.926.059	(8.828.232)	21.074.606	-	25.172.433
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	2.103.346	-	78.486	-	2.181.832
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15.029.405	(8.828.232)	21.153.092	-	27.354.265
Resultado com Participações Societárias	-	33.298.374	-	-	33.298.374
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.251.487)	(270.742)	(138.135)	-	(2.660.364)
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.684.903)	(420.302)	(323.585)	-	(3.428.790)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	10.093.015	23.779.098	20.691.372	-	54.563.485
Tributos sobre o Lucro	(3.100.274)	(1.646.963)	(6.782.348)	(1.014.001)	(12.543.586)
Participação nos Resultados	(234.300)	(28.175)	(14.375)	-	(276.850)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.758.441	22.103.960	13.894.649	(1.014.001)	41.743.049
ATIVOS	481.784.637	65.187.917	122.068.827	14.711.931	683.753.312
Investimentos em coligadas (MEP)	-	1.947.021	-	-	1.947.021

	2021				
	Financia- mentos	Participações societárias	Tesouraria / ALM	Não alocado	Totais
Receita com Operações de Crédito e Repasses	39.246.653	-	-	-	39.246.653
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5.116.979	-	9.717.605	-	14.834.584
Despesas de Captação	(29.719.127)	(2.978.422)	(942.076)	-	(33.639.625)
Efeito Líquido do Câmbio	-	-	(559.048)	-	(559.048)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	14.644.505	(2.978.422)	8.216.481	-	19.882.564
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	2.886.041	-	(166.716)	-	2.719.325
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.530.546	(2.978.422)	8.049.765	-	22.601.889
Resultado com Participações Societárias	-	30.555.990	-	-	30.555.990
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.061.447)	(228.649)	(116.731)	-	(2.406.827)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.844.234)	(926.604)	141.472	-	(2.629.366)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	13.624.865	26.422.315	8.074.506	-	48.121.686
Tributos sobre o Lucro	(4.991.989)	(5.197.133)	(2.828.431)	(781.474)	(13.799.027)
Participação nos Resultados	(217.183)	(24.089)	(12.298)	-	(253.570)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.415.693	21.201.093	5.233.777	(781.474)	34.069.089
ATIVOS	451.550.844	68.080.227	198.623.487	18.923.879	737.178.437
Investimentos em coligadas (MEP)	-	11.793.115	-	-	11.793.115

25. GESTÃO DE RISCOS

25.1. Gerenciamento de Riscos, Controle Interno e Segurança da Informação

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do BNDES são responsáveis por:

- Definir e propor à Diretoria e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação para o Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras potenciais decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para devedores duvidosos de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para devedores duvidosos e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES;
- Avaliar a qualidade do sistema de controle interno do Sistema BNDES, a definição de responsabilidades, a segregação de funções, os riscos envolvidos e a conformidade dos processos aos normativos internos e externos, propondo medidas para o seu aprimoramento;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos, controle interno e segurança da informação no âmbito do Sistema BNDES;
- Manter e aperfeiçoar o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios do Sistema BNDES;
- Desenvolver e monitorar o Sistema de Gestão de Appetite ao Risco do Sistema BNDES; e
- Promover o tratamento, o acompanhamento e a governança dos riscos cibernéticos.

O gerenciamento de riscos no BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos, de controle interno e de segurança da informação.

A estrutura de gerenciamento desses temas no BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria; *Chief Risk Officer* (CRO); Comitês de Gestão de Risco de Mercado, de Risco de Crédito e de Risco Operacional, Controle Interno e Integridade, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos, controle interno e segurança da informação.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN nº 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira (AF), responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado ("teste de estresse"); (iii) AIC, responsável por estimar o risco operacional que compõe a necessidade de capital; (iv) Área de Planejamento (AP), responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; (v) Unidade de Validação (AIC/GAMCK), responsável pela

elaboração do relatório de validação independente do ICAAP; e (vi) Área de Auditoria Interna (AT), que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução BACEN nº 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço a seguir. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/governanca-corporativa/relatorios-de-governanca/relatorio-pilar3/>.

25.1.1. Risco Operacional, Controle Interno e Segurança da Informação

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN nº 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco de continuidade de negócios e o risco de segurança da informação / risco cibernético. Já o controle interno é o processo executado em todos os níveis da Instituição, desenvolvido para mitigar riscos.

Em linha com o arcabouço legal, o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de riscos, com seus respectivos controles. Adicionalmente, a unidade de gestão de risco operacional e controle interno desenvolve atividades de avaliação da qualidade do sistema de controle interno, gestão da continuidade de negócios, gestão do risco cibernético, alocação e avaliação da suficiência do capital regulamentar, além de manter um processo contínuo de comunicação e disseminação da cultura de risco, controle interno e segurança da informação.

No tocante à mitigação dos riscos cibernéticos, merecem destaque as atividades de levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação. Além disso, o Banco pauta suas ações para promover a Segurança da Informação com base no seu Plano Estratégico de Segurança da Informação. Este Plano, construído a partir de um diagnóstico que observou, entre outros aspectos, os riscos cibernéticos mais significativos no contexto do BNDES e a maturidade do Banco na adoção dos controles definidos em *frameworks* de mercado, em especial o CIS Controls, estabelece, além de objetivos, indicadores e metas para segurança da informação, as necessidades e as ações para seu atingimento. O aprimoramento e a ampliação da gestão de riscos de segurança da informação constituem uma das oito necessidades priorizadas no Plano.

Todas as atividades se baseiam em metodologias definidas com base nas Políticas Corporativas de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno, de Gestão de Continuidade de Negócios e de Segurança da Informação, aprovadas pelo Conselho de Administração, que estabelecem o conjunto de princípios, papéis e responsabilidades relativos aos temas no Sistema BNDES. Outro instrumento relevante é a Declaração de Appetite a Risco do Sistema BNDES, que orienta o tratamento dos riscos por meio de seus limites quantitativos e qualitativos.

O fortalecimento da cultura de riscos operacionais, de controle interno e de segurança da informação na Instituição é suportado por um plano de comunicação desenvolvido com o objetivo de direcionar ações que incluem treinamentos, elaboração de guias e inserções na mídia interna, bem como a disponibilização de informações na *Intranet*.

Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza atualmente a Abordagem do Indicador Básico como a metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), conforme procedimentos estabelecidos na Circular BACEN nº 3.640/2013.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R\$ 59.208.432, em 31 de dezembro de 2021, para R\$ 71.744.859, em 31 de dezembro de 2022. O aumento da parcela ocorreu em função do aumento do Indicador de Exposição (IE) referente

ao 2º semestre de 2021 e ao 1º semestre de 2022, considerados apenas na apuração da parcela em vigor em 30 de setembro de 2022, em contraste com o IE referente ao 2º semestre de 2018 e ao 1º semestre de 2019, que deixaram de ser considerados no cálculo (a apuração da parcela considera os últimos 6 semestres). O IE corresponde à soma dos valores das receitas de intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, deduzidas as despesas de intermediação financeira.

25.1.2. Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira, das taxas de juros, dos preços das ações e dos preços de mercadorias (*commodities*). Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros, de cotação de moeda estrangeira e de preço de ações.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Mensuração do Risco de Mercado e Governança

O BNDES segue os normativos contábeis de evidenciação de instrumentos financeiros e divulga o Value – at – Risk (VaR) e o IRRBB. Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e de não negociação, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação ativa e frequente ou destinadas a hedge de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à (i) revenda; (ii) obtenção de benefício dos movimentos de preços, efetivos ou esperados; ou (iii) realização de arbitragem. Os instrumentos da carteira de negociação são contabilizados pelo valor de mercado no Balanço e seu risco é medido utilizando a metodologia de VaR descrita na seção a seguir.

A carteira de não negociação corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação, incluindo todas as ações e participações societárias. Para os instrumentos expostos a taxa de juros, o risco é medido utilizando as métricas da metodologia padronizada do IRRBB. Para as ações, o BNDES utiliza o mesmo VaR, documentado para apuração do risco.

As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários ou mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

Indicador de risco para operações marcadas a mercado no Balanço e operações cambiais

A métrica utilizada nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e holding period de 1 dia útil.

Os valores para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, segregados por fator de risco, são apresentados na tabela abaixo:

Fatores de risco	2022	2021
Juros	123.804	144.301
Câmbio	4.735	9.090
Ações	2.144.280	2.010.810
Efeito Diversificação	(103.523)	(139.132)
VaR total	2.169.296	2.025.069

Risco de taxa de juros da Carteira de Não Negociação

O BNDES utiliza duas métricas para apurar o risco de juros da carteira bancária: Net Interest Income (NII) e Economic Value of Equity (EVE). A métrica NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a métrica EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas métricas são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura. O IRRBB apurado pelo BNDES consiste na soma entre estas duas métricas ponderadas pela probabilidade de cada cenário, conforme a equação:

A metodologia utilizada na apuração das métricas relativas ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (carteira bancária) é determinada pela Circular BCB 3.876/2018.

Tais métricas se traduzem em análise de sensibilidade dos instrumentos da carteira bancária e, em conjunto com o VaR apurado para os demais instrumentos, evidenciam a sensibilidade da carteira integral do Banco nos diversos fatores de risco a que se encontra exposto.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII), *Economic Value of Equity* (EVE) e IRRBB, para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Métrica	2022	2021
Δ EVE	811.021	9.153.054
Δ NII	669.968	923.129
IRRBB (Total)	703.981	1.502.515

Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RW_{AMPAD})

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo à de risco de mercado (RW_{AMPAD}). Os componentes da parcela de risco de mercado são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RW_{AMPAD}	2022	2021
RW_{JUR1}	556.433	498.658
RW_{JUR2}	-	-
RW_{JUR3}	2.341.271	1.430.217
RW_{CAM}	17.314.003	19.550.496
Total parcela RW_{AMPAD}	20.211.707	21.479.371
IRRBB	703.981	1.502.515

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RW_{ACS}) e de commodities (RW_{COM}) foram nulos ao final dos exercícios analisados, visto que o BNDES não possui exposições a ações em sua carteira de negociação e não possui exposição a *commodities*.

Exposição a risco de mercado

Apresentamos a seguir quadro comparativo contendo as exposições a risco de taxas de juros, risco de câmbio e risco de preços, para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	2022	2021
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	36.246.455	60.821.617
Juros	TJLP	32.014.962	(13.808.548)
Juros	Prefixado	7.276.458	4.465.340
Juros	IGPM	144.770	768.979
Juros	IPCA	5.061.379	5.106.961
Juros	TR	(4.777.035)	(6.357.700)
Câmbio	Moeda Estrangeira	(77.304)	(758.336)
Operações de renda variável			
Preços	Ações	56.739.845	51.511.862
Preços	Debêntures Conversíveis em ações	-	490.577
Preços	Opções de ações	149.293	683.389

25.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

A tabela a seguir apresenta os valores desses indicadores para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Indicadores de Risco de Liquidez	2022	2021
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	7,2	26,6
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	3,1	6,4
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,2	1,4

A divulgação dos saldos dos instrumentos financeiros por período de vencimento está apresentada na Nota Explicativa nº 4.5.

25.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pelas Circulares Bacen nº 3.644/13¹ e nº 3.809/16. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão

¹ A Circular BACEN nº 3.644/2013 será revogada pela Resolução BCB nº 229 de 12/05/2022 a partir de 01/07/2023.

inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	2022	2021
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	963.012	396.137
Títulos e Valores Mobiliários	71.989.779	63.942.283
Repasse Interfinanceiros	87.288.443	78.561.707
Operações de Crédito	220.677.197	211.366.895
Outros Direitos a receber	3.321.446	1.308.108
Investimentos e Imobilizado de Uso	2.051.320	11.448.385
Compromissos de Crédito e Saldos a liberar	14.225.956	10.990.973
Créditos Tributários	7.927.842	11.245.396
Demais itens do RWA_{CPAD}	7.325.984	3.722.442
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	415.770.979	392.982.326

Adicionalmente ao cálculo do capital regulamentar, o BNDES elabora estimativas para os diferentes componentes do risco da carteira de créditos, com vistas a avaliar potenciais perdas financeiras: probabilidade de inadimplência da contraparte (PD), exposição em caso de inadimplência (EAD) e perda dada a inadimplência (LGD). A probabilidade de inadimplência por faixa de risco é estimada com base na frequência histórica, e as taxas de recuperação são calculadas a partir dos fluxos de recebimentos identificados para os contratos inadimplentes. São estimados ainda matrizes de migração de estados e o valor em risco para a carteira de créditos, atualmente estimado por metodologias analíticas e por simulação.

Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 4.677/18 e n.º 4.995/22, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

A tabela a seguir apresenta os valores percentuais apurados para a maior exposição a cliente, conforme a Res. CMN n.º 4.677/18, relativo ao Capital Nível I, e o valor percentual apurado para o setor público, conforme a Res. CMN n.º 4.995/22, relativo ao Patrimônio de Referência.

Descrição do Limite	2022	2021
Maior exposição a cliente (em % do Capital Nível I) – Máximo: 25%	21,0%	22,9%
Exposição ao setor público (em % do Patrimônio de Referência) – Máximo: 45%	12,1%	14,0%

Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	Posição Mitigada	
	2022	2021
Garantia prestada pelo Tesouro Nacional	34.638.039	40.011.749
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽¹⁾	4.285.718	2.925.150
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	16.785.158	9.550.689
Títulos Públicos Federais, caso não haja descasamento entre as moedas em que são denominados ou indexados a exposição e o respectivo colateral financeiro	1.301.282	1.410.366
Total	57.010.197	53.897.954

⁽¹⁾ A Circular BACEN nº 3.877 revogou o dispositivo da Circular BACEN nº 3.809 que autorizava a utilização dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) como mitigadores para fins de RWACPAD. A utilização deste mitigador ficou restrita aos contratos aprovados até a data da publicação do normativo.

Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito total, sem a aplicação de mitigadores de risco ou provisões para risco de crédito, é detalhada a seguir:

	2022	2021
Ativos Financeiros		
Ao Custo Amortizado		
Títulos e Valores Mobiliários	9.372.792	6.290.758
Operações de crédito	305.746.270	296.775.995
Repasse Interfinanceiros	178.817.747	162.498.232
Outros Créditos	3.463.839	1.664.265
Ao Valor Justo por meio do Resultado		
Títulos e Valores Mobiliários	55.257.138	67.721.578
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes		
Títulos e Valores Mobiliários	88.877.630	85.401.103
Compromissos a Liberar em até 360 dias	91.467.484	69.672.490
Total	733.002.900	690.024.421

A divulgação da concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito está apresentada na Nota explicativa nº 4.6.

A reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios está apresentada na Nota explicativa nº 6.4.

25.2. Apuração dos requisitos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.193/2013.

	Fórmulas	2022	2021
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,5%	2,0%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,5%	2,0%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	10,5%	10,0%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	7,0%	6,5%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	8,5%	8,0%

Mensuração do Capital Regulamentar

O Capital Regulamentar do Conglomerado Prudencial é apresentado a seguir:

CAPITAL REGULAMENTAR – Consolidado	2022	2021
Patrimônio de Referência (PR)	175.535.878	190.283.623
Nível I	138.660.590	148.140.436
Capital Principal	138.660.590	148.140.436
Patrimônio Líquido	131.323.725	126.997.024
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	8.731.759	22.038.976
Ajustes Prudenciais	(1.394.894)	(895.564)
Ágios Pagos	(4.936)	(587.408)
Ativos Intangíveis	(7.104)	(6.131)
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(1.382.854)	(302.025)
Nível II	36.875.288	42.143.187
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	36.875.288	42.143.187

	2022	2021
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽²⁾	507.727.544	473.670.129
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	415.770.979	392.982.326
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	20.211.707	21.479.371
Risco operacional (RWA _{OPAD})	71.744.859	59.208.432
Risco Bancário (RBA)	703.982	1.502.515
Total	508.431.527	475.172.644

	2022	2021
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽³⁾	40.618.204	37.893.610
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - Rban)	134.213.693	150.887.498
Adicional de Capital Principal (ACP)	12.693.906	9.474.223
ACP Conservação ⁽⁴⁾	12.693.189	9.473.403
ACP Contracíclico ⁽⁵⁾	717	820

Índices	2022	2021
Índice de Basileia (IB)	34,57%	40,17%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	27,31%	31,28%
Índice de Capital Principal (ICP)	27,31%	31,28%
Razão de Alavancagem (RA)	17,99%	17,79%

⁽¹⁾ Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 31/12/2022 correspondem à aplicação do limitador de 70% sobre o valor computado no Nível II em 30/06/2018 (em 31/12/2021, aplica-se o limitador de 80%).

⁽²⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

⁽³⁾ O Patrimônio de Referência Mínimo Requerido corresponde à aplicação ao RWA do fator de 8,00%, a partir de 1º de janeiro de 2019.

⁽⁴⁾ Instituído pelas Resoluções CMN n.º 4.443/2015 e n.º 4.783/2020. Resulta da aplicação de 2% ao montante RWA em 31 de dezembro de 2021; e de 2,5% a partir de 1º de abril de 2022.

⁽⁵⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015 e alterações posteriores. Fica limitado ao percentual máximo de 2,50% em relação ao montante RWA, a partir de 1º de janeiro de 2019.

No exercício compreendido entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022, o Patrimônio de Referência do Conglomerado reduziu em R\$ 14,7 bilhões, devido a: liquidação de Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal

(IECP), a queda no valor do Ajuste a Valor de Mercado (AVM) e ao pagamento de dividendos complementares, compensada em parte pelo resultado do exercício.

Os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), composto do somatório das parcelas de risco de crédito (RWA_{CPAD}), mercado (RWA_{MPAD}) e operacional (RWA_{OPAD}), apresentaram um crescimento de R\$ 34 bilhões (7,2%), devido ao aumento das parcelas RWA_{CPAD} e RWA_{OPAD} .

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

a) Fundos com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, os recursos mantidos em disponibilidade, além de outros ativos.

Valores aplicados	2022	2021
FMM - Fundo da Marinha Mercante	21.942.804	24.790.102
FT - Fundo de Terras e da Reforma Agrária	958.412	880.539
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	1.613.443	1.703.358
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	2.365.201	1.921.880
FA - Fundo Amazônia	3.934.193	3.583.826
FUNTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	842.278	634.230
FUST - Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações	1.169.095	-
FRD - Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização	268.365	240.908
FAT-DE- Fundo de Amparo ao Trabalhador Depósitos Especiais	5.563.559	6.641.264
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	5.650	3.945
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	1.553.732	1.409.496
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	20.724.619	21.034.328
Total	60.941.351	62.843.876

b) Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	2022	2021
FGE	43.705.999	41.343.664
FGPC	10.199	63.000
Total	43.716.198	41.406.664

c) Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto nº 99.464/1990, tendo a Lei nº 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao PND. O FND é fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

d) Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	2022	2021
FMM - Fundo da Marinha Mercante	758.866	807.314
FSA - Fundo Setorial do Audiovisual	4.048	7.904
FNMC - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	13.105	10.167
FNRB - Fundo Nacional para Repartição de Benefícios	94	60
FGI-PEAC - Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito	206.717	207.461
FGI - Fundo Garantidor para Investimentos	15.909	14.687
FND – Fundo Nacional de Desestatização	67.164	15.035
Total	1.065.903	1.062.628

26.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal, por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até 31 de dezembro de 2022 e no ano de 2021, o BNDES não recebeu o depósito em sua própria conta referente à 2ª e 3ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Em 09/02/2022, O Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPF) rejeitou o recurso apresentado pela J&F, para renegociar a redução dos valores totais (R\$ 10.300.000) que deve ser pago pela companhia em multas e investimentos em projetos sociais, no âmbito do Acordo de Leniência assinado com o MPF em 2017. Tal pedido já havia sido negado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF.

Após avaliação dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do IAS 37. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no IAS 37, os “ativos contingentes” não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

26.3. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa nº 17), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

26.4. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis, contempla avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes/>

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/compromisso/objetivo3-conteudo>.

27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES de acordo com as práticas contábeis reguladas pelo BACEN e CMN (“Padrão Cosif”) e aquelas divulgadas pelo BNDES nestas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (“Padrão IFRS”).

	2022				2021
	Lucro líquido do Exercício	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Resultados acumulados não apropriados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Padrão Cosif	41.743.049	10.515.645	-	131.323.725	126.997.024
Ajustes de práticas contábeis:					
(a) Instrumentos elegíveis ao capital principal	657.869	-	(657.869)	8.731.760	22.038.976
Perda por redução do valor recuperável	(5.237.322)	14.491.195	3.204.265	12.458.138	15.736.483
(b) Baixas da carteira de crédito	1.051.050	-	5.778.821	6.829.871	5.778.821
(c) Operações da carteira de crédito	(4.237.960)	-	9.358.300	5.120.340	9.358.300
(d) Ações DPV no escopo da IAS 39	1.102.040	15.398.966	(16.501.006)	-	-
(e) Outros instrumentos financeiros no escopo da IFRS 9	(3.152.452)	(907.771)	4.568.150	507.927	599.362
Ajuste a valor justo de ativos financeiros	2.785.351	209.121	(2.994.472)	-	85.559
(f) Ajuste a valor Justo de debêntures VJR	2.870.910	209.121	(3.080.031)	-	-
(g) Reclassificação de ativos financeiros	(85.559)	-	85.559	-	85.559
(h) Alienação de ações não coligadas	(3.465.000)	-	3.465.000	-	-
(i) Participações em coligadas	(91.495)	-	91.900	405	91.900
(j) Ajustes da taxa efetiva de juros	10.089	-	(62.061)	(51.972)	(62.061)
(k) Arrendamento mercantil	(1.224)	-	(5.994)	(7.218)	(5.994)
Outros ajustes	(275.946)	315.957	(40.011)	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	3.639.353	(5.508.639)	(2.017.196)	(3.886.482)	(6.449.371)
Lucro líquido do exercício no padrão IFRS			39.764.724		
Destinação do resultado societário			(41.743.049)		
Padrão IFRS	39.764.724	20.023.279	(994.763)	148.568.356	158.432.516
Total de ajustes no Padrão IFRS	(1.978.325)	9.507.634	(994.763)	17.244.631	31.435.492

- a) Segundo o Padrão IFRS, determinados instrumentos de dívida são classificados no patrimônio líquido, entretanto, o BACEN, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6323/2015, determinou que tais instrumentos sejam apresentados e divulgados como item do passivo no Padrão Cosif. Desta forma, o BNDES reclassifica os juros dos instrumentos elegíveis ao capital principal do resultado no Padrão Cosif registrando diretamente em Lucros acumulados visto que são considerados como remuneração do capital próprio para o Padrão IFRS.
- b) O critério para baixa dos ativos financeiros no Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) leva em consideração expectativas de recuperação, enquanto que no Padrão Cosif, para operações da carteira de crédito (Resolução CMN 2.682/1999), o tempo de atraso é o fator determinante para a não manutenção do ativo no Balanço.
- c) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para operações da carteira de crédito. O Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, enquanto o Padrão Cosif (Resolução CMN 2.682/1999) estabelece a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa através da definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais.
- d) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da “Perda por redução ao valor recuperável” de ações classificadas como disponíveis para venda (DPV) no Padrão IFRS dentro do escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros. Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão IFRS determinava o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável no resultado, utilizando conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo, enquanto no Padrão Cosif, (i) a Circular BACEN n.º 3.068/2001 determina o reconhecimento da perda utilizando o conceito de perdas de caráter permanente e (ii) a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização.
- e) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para títulos e valores mobiliários no Padrão IFRS dentro do escopo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Conforme o Padrão Cosif (Circular BACEN n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente são reconhecidas no resultado do período, enquanto que de acordo com o Padrão IFRS (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente (i) não se aplica para instrumentos patrimoniais e debêntures classificadas na categoria designada ao VJR, e (ii) segue a metodologia de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” descrita no item (c) acima.
- f) Segundo a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o BNDES classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif tais debêntures são classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA, dado que a Circular BACEN n.º 3.068/2001 não prevê a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”.
- g) Ajuste de prática decorrente de ativos financeiros classificados no Padrão Cosif nas categorias mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, que falharam no teste SPPI, e, portanto, tiveram os seus valores justos registrados no resultado do período no Padrão IFRS.
- h) A partir da adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no Padrão IFRS o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” é reconhecido diretamente em lucros acumulados, enquanto no Padrão Cosif o ganho/perda com tais operações é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.
- i) A partir de 1º de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão IFRS já era reconhecido no resultado do período seguindo o IFRS 3 – Combinação de Negócios, passa a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução 4.817 do Banco Central de 29 de maio de 2020. Até 31 de dezembro de 2021 tal ganho é mantido no ativo como “deságio” reduzindo o valor do investimento e é transferido para o resultado quando da realização do investimento, para fins do Padrão Cosif. O valor de R\$ 91.900 inclui o saldo do deságio e dos ajustes de equivalência patrimonial e provisão para perdas decorrentes do menor saldo do ativo no Padrão Cosif até então.

i) No Padrão IFRS, as receitas incrementais e diretamente atribuíveis à originação do crédito são incluídas no cálculo do custo amortizado e diferidas ao longo do período do contrato em vez do reconhecimento imediato no resultado pelo Padrão Cosif.

k) Ajuste de prática decorrente da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, não recepcionado pelo Bacen.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o 1º trimestre de 2022, a subsidiária BNDESPAR deixou de exercer influência significativa na coligada JBS, passando a tratar esse investimento como instrumento financeiro mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Tal reclassificação gerou um ganho no resultado de R\$ 8.824.107, decorrente da mensuração inicial do investimento a valor justo e da transferência do saldo de outros resultados abrangentes reflexo de coligadas (reconhecido até então no patrimônio líquido). As informações acerca desta operação estão descritas na Nota Explicativa n.º 9.

No segundo trimestre de 2022, no âmbito da operação de Oferta Pública de Ações da Eletrobras, o Sistema BNDES assinou contrato de Empréstimo de Ações em que emprestou pelo período de até 30 dias 104.621 mil ações ordinárias da Eletrobras não alocadas na Oferta, sendo 32.665 mil ações emprestadas pelo BNDES e 71.956 mil ações pela BNDESPAR. Em 30 de junho de 2022, tais ações foram apresentadas na linha “Operações de crédito e repasses interfinanceiros” do balanço patrimonial, mensuradas pelo valor bruto de R\$ 4.820.960.

Durante o exercício de 2021, não houve atividades relevantes não envolvendo caixa.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Fianças bancárias dos financiamentos do Grupo Americanas S.A.

O BNDES em 24 de janeiro de 2023 procedeu à cobrança das fianças bancárias que garantem a totalidade da dívida de responsabilidade da Americanas S.A. junto aos bancos garantidores. Essas dívidas são decorrentes de duas operações ativas, e a cobrança das fianças está prevista nas cláusulas contratuais vigentes. Após o pagamento das fianças, o BNDES não tem mais exposição em face da Americanas S.A.

Remuneração da Petrobras

Em comunicado no dia 1º de março de 2023, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração autorizou o encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas da proposta de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 2,74573369 por ação preferencial e ordinária, referente a remuneração aos acionistas relativos ao resultado do exercício de 2022. A data de corte será 27 de abril de 2023 e as ações serão negociadas ex-direitos a partir de 28 de abril de 2023.

A Diretoria Executiva propôs ao Conselho de Administração realização do pagamento em duas parcelas iguais, cada uma no valor de R\$ 1,37286685 por ação, na forma de dividendos, sendo a primeira a ser paga em 19 de maio de 2023 e a segunda em 16 de junho de 2023.

O Conselho de Administração aprovou a recomendação da Diretoria Executiva, porém, considerando que o montante proposto ultrapassa o limite da Política de Remuneração aos Acionistas da Companhia em R\$ 0,49806828 por ação no trimestre, sugeriu que os acionistas da companhia avaliem a criação de uma Reserva Estatutária para reter até R\$ 0,49806828 por ação, do resultado do exercício social de 2022. Caso os acionistas não acatem a sugestão do Conselho de Administração de criar a Reserva, ou, caso não seja retido todo o saldo, o Conselho de Administração recomendou aos acionistas que o pagamento desses R\$ 0,49806828 por ação ou do saldo remanescente ocorra em 27 de dezembro de 2023 corrigido pela SELIC e deduzido do valor da segunda parcela de dividendos.

Dessa forma, considerando as quantidades de ações detidas pelo Sistema BNDES em 31 de dezembro de 2022, estima-se que o montante bruto de dividendos será de R\$ 2.843 milhões, sendo R\$ 371 milhões referentes ao BNDES e R\$ 2.472 milhões à BNDESPAR, detalhado no quadro a seguir (em R\$ Milhões):

	1ª parcela	2ª parcela	Reserva	Total
BNDESPAR	1.236	788	448	2.472
BNDES	186	118	67	371
Total	1.422	906	515	2.843

30. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O BNDES

Objetivos e atuação

O Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias, é o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional.

A estrutura do BNDES, cuja missão é viabilizar soluções financeiras que adicionem investimentos para o desenvolvimento sustentável, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais, prioriza o(a):

- Expansão dos investimentos em infraestrutura com apoio à infraestrutura econômica, social e urbana;
- Aumento da competitividade das empresas brasileiras com o apoio a investimentos que as tornem mais capazes de explorar oportunidades e superar os desafios de seus mercados;
- Contribuição à inclusão social e econômica através de produtos que ampliem o acesso ao crédito;
- Apoio ao desenvolvimento de instituições públicas e à estruturação de projetos associados a concessões públicas e parcerias público-privadas; e
- Estímulo à inovação, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento regional nos projetos apoiados.

Além da atuação como banco de desenvolvimento, o BNDES tem papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento nacional e na identificação de soluções para problemas estruturais da economia brasileira.

O BNDES atua, também, por meio de suas duas subsidiárias integrais:

- BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, que investe por meio da compra de ações, subscrição de debêntures e de fundos de *venture capital* e *private equity* com objetivos, entre outros, de apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias, e de contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais; e
- Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME, que apoia a expansão e modernização da indústria brasileira através do financiamento, também por meio de agentes financeiros intermediários, à compra de máquinas e equipamentos de produção nacional e o financiamento de importações e exportações de máquinas e equipamentos.

31. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;

- operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

32. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

Destaca-se que a elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas demanda a realização de estimativas e julgamentos. Dessa forma, a seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais consideradas significativas pela Administração do BNDES.

32.1. Instrumentos Financeiros

32.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Eles são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Avaliação do modelo de negócios para gestão dos fluxos de caixa

O BNDES determina seus modelos de negócios para a gestão de seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos do negócio e como são fornecidos os reportes à Administração.

O documento contendo o Modelo de Negócios do Sistema BNDES (aprovado pelo seu Conselho de Administração) apresenta as quatro categorias definidas da seguinte maneira:

• **Modelo de Negócio 1 (MN1): Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada na coleta de fluxos de caixa contratuais objetivando carregar esses instrumentos até os seus vencimentos. As vendas serão incidentais a este objetivo e serão insignificantes.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

• **Modelo de Negócio 2 (MN2): Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender**

Estão contidos neste modelo, os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada tanto no recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros antes do seu vencimento.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

• **Modelo de Negócio 3 (MN3): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda fixa e derivativos**

Neste modelo de negócios são inseridos os ativos financeiros de renda fixa que falharam no teste de fluxos de caixa, os mantidos para negociação e os derivativos.

• **Modelo de Negócio 4 (MN4): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda variável**

Os ativos inseridos neste modelo são os investimentos em ações não coligadas e em cotas de fundos de investimentos em participações.

Quando a gestão desses instrumentos indicar que não sejam mantidos para negociação, o BNDES escolherá (irrevogavelmente) no início de mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

b) **Categorias de mensuração dos ativos financeiros**

(i) **Custo amortizado**

Os ativos financeiros enquadrados no MN1 são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas.

(ii) **Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os ativos financeiros enquadrados no MN2 são subsequentemente mensurados ao valor justo com a contrapartida em Outros resultados abrangentes.

Para os instrumentos de patrimônio designados para essa categoria, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos na conta “Outros Resultados Abrangentes”, e líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Resultados acumulados não apropriados”).

(iii) **Ao valor justo por meio do resultado**

Nesta categoria os ativos financeiros de renda fixa ou renda variável são registrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes reconhecidos no resultado do exercício.

(iv) **Resumo das categorias de ativos financeiros do Sistema BNDES**

Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado:

- Títulos públicos federais;
- Fundos de investimentos;
- Operações compromissadas com possibilidade de resgate antecipado;
- Derivativos; e
- Debêntures híbridas.

Mensurados ao Custo Amortizado:

- Disponibilidades;
- Aplicações interfinanceiras de liquidez tais como: carteira de câmbio, depósitos interfinanceiros, disponibilidade e aplicações em moeda estrangeira e, operações compromissadas sem possibilidade de resgate antecipado;
- Debêntures simples de emissão privada;

- Repasses interfinanceiros e Operações de crédito; e
- Venda a prazo de TVM, direitos recebíveis; direitos a receber da Eletrobras, créditos perante o Tesouro Nacional, dividendos e juros sobre capital próprio a receber, devedores diversos, devedores por depósitos em garantia e pagamentos a ressarcir.

Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes:

- Ações não coligadas, cotas de fundos de investimentos em participações, debêntures e títulos públicos federais.

c) Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros somente serão reclassificados quando o BNDES alterar o seu modelo de negócios para administrá-los.

d) Baixa dos ativos financeiros

Ativos financeiros são baixados somente quando não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa ou quando o BNDES transfere os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem.

32.1.2 Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo.

c) Resumo das categorias de passivos financeiros do Sistema BNDES

Mensurados ao valor justo por meio do resultado:

- Derivativos.

Mensurados ao custo amortizado:

- Depósitos especiais do FAT, depósitos diversos, depósitos interfinanceiros, depósitos vinculados;
- Operações compromissadas;
- Debêntures, letras financeiras e letras de crédito do agronegócio emitidas;
- Empréstimos e repasses;
- Dívida subordinada;
- Fundos financeiros e de desenvolvimento; e
- Outras obrigações: contas a pagar, credores vinculados a liquidação de operações, obrigações por depósitos a apropriar, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, credores por compra de ações a prazo e obrigações vinculadas ao Tesouro Nacional.

d) Baixa dos passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

32.1.3 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido somente quando o BNDES tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

32.1.4 Derivativos

O BNDES, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, o BNDES utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em determinadas debêntures.

32.1.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Sistema BNDES aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas.

Para a aplicação dessa abordagem, o BNDES se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

a) Determinação dos estágios e do aumento significativo no risco de crédito

A abordagem de estágios da provisão para perda esperada de crédito é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros do BNDES desde o reconhecimento inicial.

Para isso, o BNDES dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, e utiliza adicionalmente classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período de tempo. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, o BNDES realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

O BNDES avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma coletiva, onde os ativos financeiros são agrupados com base em classificações de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte, dentre outros fatores relevantes. Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no Estágio 1, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o Estágio 2, e para isso, o BNDES utiliza dois critérios:

- i. *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- ii. Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando ocorre um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, o ativo financeiro é migrado para o Estágio 3, e uma provisão para perdas de crédito igual às perdas esperadas para a vida útil é realizada. São os seguintes os critérios de migração para esse estágio:

- Operação declarada pelo BNDES como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- Operação vencida há mais de 90 dias;

O BNDES utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- Pagamento das prestações do devedor passe a depender, no todo ou em parte, do recebimento de recursos oriundos do acionamento pelo BNDES ou de pagamento efetuado por terceiro interessado não integrante do grupo econômico do devedor;
- Deterioração significativa da qualidade do crédito;
- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- Declaração de falência do devedor.

O BNDES, dessa forma, entende que a definição de aumento significativo de crédito utilizada para migração entre os estágios é consistente com os seus modelos internos para gerenciamento de risco de crédito.

Eventualmente, o BNDES avalia de forma individual as operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos de modo a obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa cujo recebimento seja esperado. Para isso, o BNDES exerce julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais. Os títulos públicos federais emitidos no Brasil são considerados livres de risco e, dessa forma, não há provisionamento para perdas.

b) Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

Enquanto que para migração do Estágio 3 para os demais estágios, a operação deve deixar de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. O inadimplemento financeiro tenha sido regularizado por meio da liquidação integral das prestações vencidas e não pagas;
- ii. Realização de amortização significativa;
- iii. Alteração do cliente ou do seu controlador;
- iv. Alteração significativa no valor ou na qualidade da garantia.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

c) Mensuração das perdas de crédito esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

(i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,

(ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e

(iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).

(iv) e avaliação individual de determinadas operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos, com uso de julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

O BNDES, para ajustar suas estimativas de PD, se baseia na estimação de matrizes de migração ajustadas ao ciclo macroeconômico (*point-in-time* – PIT).

d) Compromissos de créditos

O BNDES reconhece a provisão para perdas de crédito esperadas baseada na soma da projeção dos compromissos de desembolso futuros de determinados créditos, ajustada pelo Fator de Conversão de Crédito (CCF).

32.1.6 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

O BNDES classifica a hierarquia de mensuração do valor justo conforme a relevância dos dados observados no seu processo de mensuração da seguinte maneira (a composição dos instrumentos por nível está apresentada na Nota Explicativa nº 4.3):

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Nível 2: Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1.

Nível 3: Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem (i) preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares; fluxo de caixa descontado, *Black-Scholes-Merton* e Simulação de Monte Carlo (para opções do tipo europeia cujos ativos-objeto são

negociados em bolsa) e árvore binomial (para opções do tipo americanas cujos ativos-objeto são negociados em bolsa).

As principais premissas utilizadas quando da utilização da técnica Black-Scholes-Merton, Simulação de Monte Carlo e Árvore Binomial são as seguintes:

- Data inicial: refere-se à data da avaliação, ou seja, a data final de cada mês;
- Data final: data de vencimento;
- Preço do ativo: última cotação média do ativo objeto observada na data-base;
- Preço alvo (*strike price*): projeção do preço de exercício da opção na data final, de acordo com as condições contratuais;
- Taxa livre de risco: taxa nominal pré-fixada de título público emitido pelo Tesouro Nacional que tiver prazo compatível ao do ativo sob avaliação;
- *Dividend yield*: calculado caso a caso, mas geralmente definido pela projeção disponível na Bloomberg;
- Volatilidade: adotou-se como padrão a volatilidade anualizada com base na oscilação diária do ativo-objeto ao longo dos últimos 1008 pregões.

Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo ou valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *Impairment* total.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As cotas de fundos de investimento são administradas por instituições financeiras privadas e são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base das demonstrações financeiras.

O Valor Justo de empréstimos e demais instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito e que não possuem preço cotado em mercado ativo é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado. Em casos em que não foi possível expandir os fluxos de caixa de um determinado contrato, o saldo líquido de provisão foi utilizado como *proxy* do valor justo.

Com relação às principais captações do BNDES, com o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com fundos financeiros e de desenvolvimento e com instituições de desenvolvimento internacionais, cabe destacar que tais captações reúnem características próprias que permitem ao BNDES atender aos seus objetivos principais e preveem taxas, condições e prazos específicos, determinados pelos normativos aplicados a cada captação. Nesse sentido, os saldos contábeis das captações se aproximam dos seus valores justos, tanto no seu reconhecimento inicial, quanto em datas subsequentes.

32.2. Investimento em coligadas

As coligadas são todas as entidades sobre as quais o BNDES possui o poder de participar nas políticas financeiras e operacionais das investidas, sem controlá-las de forma individual ou conjunta. A influência significativa é presumida quando se possui, direta ou indiretamente, 20% ou mais do capital social votante da investida. A

presunção de influência é afastada quando não há participação nas decisões da investida, mesmo possuindo 20% ou mais do capital votante.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas, que representam mais de 20% do capital votante, não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras de tais entidades.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas, ocorridas após sua aquisição. A participação nos lucros ou prejuízos de empresas coligadas é reconhecida no resultado, e a participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas por diluição ou por aumento do percentual de participação nas coligadas são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para o BNDES na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes do BNDES, possuindo contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

32.3. Ativos Mantidos para Venda

O BNDES classificou como "Ativos Mantidos para Venda", o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria foi realizada em virtude do fato de que o ativo está pronto para venda em suas condições atuais, sendo a venda altamente provável cuja ocorrência se dará em até um ano.

32.4. Informação por segmentos

O relatório de segmentos operacionais foi elaborado considerando os valores apurados conforme as práticas contábeis adotadas no BR GAAP, uma vez que a Administração utiliza estas informações para a análise dos negócios. A reconciliação entre as práticas contábeis em BR GAAP e as em IFRS e seus efeitos sobre os principais valores apresentados no relatório por segmentos está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e FINAME. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações

societárias, enquanto a FINAME atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a FINAME como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Financiamentos”; (ii) “Participações Societárias”; e (iii) “Tesouraria / ALM” (gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management* – ALM).

Os custos de captação alocados aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Financiamentos”: financiado com *funding* institucional, notadamente indexados à TJLP / TLP / US\$ + Libor, oriundos principalmente do FAT Constitucional e de repasses do Tesouro Nacional, exceto as Debêntures, que são financiadas pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Participações Societárias”: financiado pela gestão integrada de recursos (“ALM”) com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC.
- Segmento “Tesouraria / ALM”: contempla (i) Tesouraria, que, assim como o segmento de Participações Societárias, é financiada pelo ALM, com custo atual equivalente a 100% da taxa SELIC; e (ii) ALM, que recebe a diferença entre o custo de captação total e aquele repassado aos Segmentos de Financiamentos, Participações Societárias e Tesouraria.

A base para a alocação dos custos de captação é o valor da carteira média mensal de cada segmento no período de apuração.

O apoio financeiro através de instrumentos de Financiamentos compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito e repasses, seguido de debêntures. Este segmento é representado principalmente pelas operações realizadas pelo BNDES e pela FINAME.

O apoio financeiro através de Participações Societárias engloba investimentos, sejam em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) sejam em outras empresas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa). Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas.

O segmento de Tesouraria / ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio. O efeito de variação cambial de cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, que tem dentre suas atribuições gerir as exposições cambiais do Sistema BNDES.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas em relação às respectivas carteiras. As receitas são totalmente oriundas de clientes externos, portanto não há operações entre os segmentos operacionais.

As despesas administrativas e com pessoal, assim como os ativos corporativos, são alocados aos segmentos de acordo com as premissas definidas no modelo de custos adotado para o Sistema BNDES. Com relação às despesas com tributos, a alocação é feita de acordo com a natureza do resultado tributável e da empresa do Sistema BNDES que o originou (dadas as diferentes alíquotas). Como “Não Alocado” são classificados apenas os efeitos de

mudanças na expectativa de realização de créditos tributários diferidos, incluindo eventuais impactos de alterações de alíquotas.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

32.5. Conversão de moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pelo BNDES são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício.

32.6. Reconhecimento de Receita

Receitas e despesas de juros

As receitas e as despesas de juros sobre todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidos dentro de "receitas de intermediação financeira" e "despesas de intermediação financeira" na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Receitas de honorários e comissões

As receitas de honorários e comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no exercício em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de originação são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados, e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

Receita de dividendos

A receita de dividendos, advinda das participações societárias classificadas na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido

32.7. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Os detalhes sobre o reconhecimento de ativos de direito de uso estão descritos na Nota Explicativa nº 32.9.

32.8. Ativo intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

32.9. Operações de arrendamento mercantil

O BNDES reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado, quando aplicável, e também por remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos das obrigações contratuais, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Para tanto, o BNDES adotou a taxa Pré-DI na data de cada contratação ou remensuração.

32.10. Redução ao valor recuperável de outros ativos

Investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, o BNDES avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado anualmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

Ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

A existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta no reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

32.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

32.12. Provisões e contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Basicamente, a norma requer o seguinte com relação aos Ativos e Passivos Contingentes, bem como à Provisão para processos trabalhistas e cíveis:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e quando praticável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: são obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: máximo, médio e mínimo, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos internos e externos.

Conforme a expectativa de perda, a política adotada para a classificação, reconhecimento e divulgação das ações é a seguinte:

Crítérios Jurídicos	Risco de perda	Possibilidade de Perda	Risco de desembolso	Provisão / Divulgação
Risco Máximo	Chance de perder maior do que de ganhar	Provável	Sim	Provisão de 100%
			Não	Divulga
Risco médio	Chance de perder igual a de ganhar	Possível	Sim	Divulga em Nota Explicativa
			Não	
Risco Mínimo	Chance de ganhar maior do que de perder	Remota	Não	Não há provisão e divulgação em Nota Explicativa

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

32.13. Benefícios a empregados

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados o benefício de aposentadoria complementar e atualmente patrocinam dois planos de previdência complementar, sendo um estruturado na modalidade Benefício Definido (BD) e outro, recentemente autorizado para funcionamento, na modalidade Contribuição Definida (CD). Ambos são administrados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade fechada com a finalidade de gerir os planos de previdência e complementar os benefícios previdenciários de seus participantes, bem como fazer a gestão do benefício de assistência à saúde.

32.13.1. Plano Básico de Benefícios - PBB

O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e a própria FAPES. Até a última alteração de seu Regulamento, aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir desta alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 6.661,61 em 31/12/2022.

Entre os riscos relevantes associados ao PBB, têm-se:

- A incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2022 era de R\$ 7.087,22 (sete mil, oitenta e sete reais e vinte e dois centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018); e
- A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB.

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para

mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do Plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 1.166, de 12/12/2018, e publicada no DOU em 18/12/2018, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e que afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à remuneração das Notas do Tesouro Nacional, série B (NTN-B), negociadas em 21/12/2022, com vencimento em 2035, que correspondeu a 6,26% ao ano. O mesmo título encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 29/12/2022 a 6,05% ao ano, representando redução de 0,21 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, que substitui as Resoluções CNPC n.º 29/2018 e n.º 37/2020, com efeito a partir de 01/09/2021, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, aprovou anexos que tratam da planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A partir de 31/12/2020 o passivo passou a ser reconhecido nas demonstrações contábeis pelo montante de 50% do valor presente da obrigação de Benefício Definido (contribuições normais, extraordinárias e déficit não equacionado) não coberta pelo valor justo dos ativos do plano, após adoção do compartilhamento de risco, com fundamento em estudo solicitado em 2020 pela Administração do Sistema BNDES. A obrigação de benefício definido é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

As dívidas contratadas entre o BNDES e o fundo de pensão são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

32.13.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), foi aprovado em 08/12/2022 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e iniciou suas operações em 19/12/2022, quando aberto o período para adesão de empregados não participantes do PBB.

O PBCD é patrocinado exclusivamente pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, FINAME) e, assim como os demais planos de benefícios do Sistema BNDES, administrado pela FAPES.

Não há riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBCD, nem foram identificados riscos incomuns específicos ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

Características do Plano

O Plano Básico de Contribuição Definida - PBCD prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) de aposentadoria normal;
- b) por invalidez; e
- c) de pensão por morte.

O participante tem opção de definir: (i) nível de contribuição básica ao plano, sendo a contrapartida paritária do patrocinador limitada a uma alíquota de 8,5% do salário; (ii) contribuições e riscos adicionais (por invalidez ou morte); (iii) seu perfil de investimento; e (iv) futuramente, a forma de cálculo dos benefícios.

Estrutura Regulatória do Plano

O PBCD é regido por seu Regulamento Básico, aprovado pela Portaria DILIC/PREVIC/MTP n.º 1.248/2022, publicada no DOU em 08/12/2022, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela PREVIC, pelo CNPC e por outras emanadas do poder público, igualmente ao PBB.

Avaliação atuarial e contabilização

O PBCD é um plano de contribuição definida, em todas as suas fases, tanto na de acumulação, quanto na de percepção de benefícios, inclusive para os de riscos adicionais, e a obrigação legal ou construtiva do Patrocinador limita-se à paridade com as contribuições básicas de no mínimo 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado será determinado pelo saldo de conta individual, resultante do montante de contribuições pagas pelo participante e pelo Patrocinador para o plano, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Portanto, não há risco atuarial (de benefícios inferiores ao esperado) nem de investimento (de aplicações insuficientes para cobrir os benefícios esperados), que recaia para o Patrocinador, e não gera obrigação pós-emprego.

32.13.3. Plano de Assistência e Saúde - PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES e pelas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O Banco oferece benefício de assistência à saúde no pós-emprego, condicionado ao cumprimento dos requisitos do regulamento do plano. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2022, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2022 e atualizada até 31 de dezembro de 2022, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Os custos dos serviços correntes e o custo financeiro do plano são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

32.13.4. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão, comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

32.13.5. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Despesas com pessoal” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

32.14. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto se estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes. Nesse caso, os tributos são também reconhecidos diretamente no patrimônio.

Tributos correntes sobre o lucro

Os tributos correntes sobre o lucro (IRPJ e CSLL) representam o montante a pagar ou a recuperar.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são constituídos com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes para o período de apuração. São calculados com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados usando o método do passivo, e incidem sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os tributos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativo for realizado ou quando o imposto de renda e contribuição social diferidos passivo for liquidado.

As diferenças temporárias principais são decorrentes do ajuste a valor justo de certos ativos e passivos financeiros e provisões; e em relação a aquisições, à diferença entre valores justos de ativos líquidos adquiridos e suas bases contábeis. Entretanto, não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal/base negativa.

Os tributos diferidos também são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em coligadas e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível. Na hipótese de resultarem saldos ativos, o reconhecimento ocorre quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais possam ser usadas diferenças temporárias.

32.15. Distribuição do lucro e destinação de reservas

As políticas contábeis adotadas tanto na constituição e destinação das reservas quanto no pagamento dos dividendos tem como base as normas contábeis brasileiras e regulamentações para instituições financeiras, e não com base nas Demonstrações Contábeis Consolidadas preparadas em IFRS.

O valor a ser distribuído a título de dividendos ao Acionista único é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras com base no valor mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social do BNDES. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração. Em termos gerais, a Política de Dividendos dá a seguinte destinação ao Lucro Líquido Ajustado:

	%
Dividendo Mínimo Obrigatório	25,0
Reserva para futuro aumento de capital	40,0
Reserva para Equalização de Dividendos	35,0

Os juros sobre capital próprio e juros sobre os instrumentos elegíveis ao capital principal são tratados como dividendos e são apresentados nestas Demonstrações Financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido.

A Reserva para equalização de dividendos pode ser utilizada para pagamento de dividendos complementares, desde que projeções para os três anos subsequentes indiquem que tal pagamento não provoque qualquer descumprimento nos limites prudenciais.

32.16. FAT – Dívida Subordinada e Depósitos Especiais

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação da contribuição PIS/PASEP e pelas receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio da utilização de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória e com programa de treinamento e recolocação e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP, sendo remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP), pela Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP), pela taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia descontada da taxa de remuneração (SELIC REDUZIDA) e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integrará a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos terão seu contravalor em reais e poderão ser determinados com base nas moedas: i) dólar norte-americano, sendo remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (*London Interbank Offered Rate* - Libor), a *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), a Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – (*Treasury Bonds*) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; ii) euro, sendo remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo interbancário na moeda euro, a *Euro Interbank Offered Rate* (Euribor), a *Euro Short-Term Rate* (ESTR), a taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro – *Euro Area Yield Curve* AAA, divulgada pelo Banco Central Europeu, ou outra taxa de

referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional; iii) referenciado em outras moedas conversíveis, sendo remunerado por taxa a ser definida pelo Conselho Monetário.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à TJLP e à TLP e à remuneração integral do FAT-Cambial, sendo a transferência representada pela remuneração à TJLP e à TLP limitada a 6% ao ano, capitalizada a diferença positiva. O valor correspondente à remuneração dos recursos indexados à SELIC REDUZIDA, incidente sobre os recursos disponíveis, é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos dos Depósitos Especiais são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

32.17. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências ativas e passivas.

Mudança nas estimativas contábeis - Critério de declaração de ativo com problema de recuperação de crédito

Na estimativa de cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA o BNDES utilizava como um dos critérios de declaração de ativo com problema de recuperação de crédito a classificação das operações em rating D ou menor na escala de classificação de risco do BACEN.

Para a data base de 31 de dezembro de 2022 o BNDES efetuou a revisão desta estimativa, decorrente de novas informações disponíveis em 2022 e da experiência adquirida ao longo dos anos na aplicação da norma e do processo de avaliação da perda esperada de crédito, da revisão periódica realizada pela instituição, da avaliação das melhores práticas do mercado, e da evolução contínua dos processos da instituição. Dessa forma, o BNDES deixou de considerar a classificação das operações em rating D ou menor (escala de classificação BACEN) como critério de declaração de ativo problemático.

Esta mudança não se relaciona com períodos anteriores. O montante do efeito de períodos subsequentes não foi divulgado porque a estimativa do mesmo é impraticável.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti – Presidente

Adézio de Almeida Lima

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Hailton Madureira de Almeida

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Jean Keiji Uema

Marcelo Pacheco dos Guaranys

Pedro Maciel Capeluppi

Robinson Sakiyama Barreirinhas

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Natalia Maria Rapassi Dias Melo

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baere de Araújo Filho

CONSELHO FISCAL

Pricilla Maria Santana – Presidente

Julio Cesar Vieira Gomes

Marília Moreira Garcez

Antônio Simões Branco Junior - Suplente

Paula Bicudo de Castro Magalhães - Suplente

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcos Paulo Pereira da Silva
CRC RJ 097.092/O-9

COMITÊ DE AUDITORIA

Paulo Marcelo de Miranda Serrano - Presidente

Maria Salete Garcia Pinheiro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar -
Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Brasília - DF**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Perdas esperadas de operações de créditos e repasses interfinanceiros

Conforme Notas Explicativas nº 6.4 e 32.1.5 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES revisa de maneira contínua sua carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros, avaliando a estimativa de perdas esperadas dessas operações (“<i>impairment</i>”). O BNDES possui políticas internas e modelos de apuração de perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do BNDES, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes, informações do cliente, garantias prestadas, histórico financeiro entre outros.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, inerentes à determinação da estimativa das perdas esperadas dessas operações, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banco no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros;– avaliação, com base em amostragem, da perda esperada de itens das operações de créditos e repasses interfinanceiros considerados individualmente significativos e inspecionamos as documentações e premissas que suportam a avaliação do Banco quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias;– testes substantivos, com o envolvimento de nossos especialistas, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banco para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo BNDES;– avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

2 – Valor justo de instrumentos financeiros

Conforme Notas Explicativas nº 7 e 32.1.6 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados nos níveis 2 e 3 que estão mensurados a valor justo por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes. Esses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo, são relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.</p> <p>Para os instrumentos financeiros cuja mensuração de valor justo não utiliza diretamente preços cotados (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo), a determinação dos valores justos está sujeita a um nível maior de subjetividade, na medida que o Banco efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros; – para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados; – recálculo por amostragem, dos valores justos desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicadores de evidência de perda esperada desses instrumentos financeiros; e – avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e registro do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

3 – Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 19 e 32.13 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave associados ao processo de mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo os controles relacionados com a determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na

<p>externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p>	<p>mensuração das obrigações de benefícios a empregados;</p> <ul style="list-style-type: none"> – avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e – avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>
--	---

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 7 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2